Prefeitura
IGUATU
Trabalhando pelos que mais precisam

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA **ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

2016/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU
CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
- CAISAN IGUATU -

PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Iguatu – CE
2015

ADERILO ANTUNES ALCÂNTARA FILHO
Prefeito Municipal de Iguatu

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IGUATU – CAISAN IGUATU

IZAURA GOMES DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA
Presidente da CAISAN IGUATU

JOSICLÉIA VIEIRA DE ABREU
Secretária Executiva da CAISAN IGUATU

PLENO SECRETARIAL DA CAISAN IGUATU

Josefa Edileuda da Silva Pereira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira
Secretaria Municipal de Assistência Social

Diana Souza Silva Mendonça
Secretaria Municipal de Educação

Carlos Alberto Furtado
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Vanderlúcia Felipe Lôbo
Secretaria Municipal de Saúde

PLENO EXECUTIVO DA CAISAN IGUATU

Venâncio José Vieira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Josicléia Vieira de Abreu
Secretaria Municipal de Assistência Social

Antonia Auriluce Alves Bezerra
Camila Rodrigues de Carvalho
Secretaria Municipal de Educação

Leidiane Araújo da Silva
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Márcia Vanusa Vieira
Simone Carvalho Batista
Secretaria Municipal de Saúde

COMITÊ TÉCNICO (CT -1)

Sulenia Sampaio de Oliveira Souza
Ematerce

Rita Nunes de Oliveira
Caritas Diocesano

Rita Nunes de Oliveira
Caritas Dieocesano

Venâncio José Vieira
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária

Aglaíde de Magalhães da Silva
Antônia Mônica Tavares Rodrigues
Josicléia Vieira de Abreu
Maria Aurilene Viana Holanda
Maria Barbosa de Lima da silva
Maria Leuda Holanda Lavor
Secretaria Municipal de Assistência Social

Antonia Auriluce Alves Bezerra
Camila Rodrigues de Carvalho
Celma de Sousa Rodrigues
Secretaria Municipal de Educação

Márcia Vanusa Vieira
Simone Carvalho Batista
Secretaria Municipal de Saúde

Elissandra Couras Angélico
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

COLABORADORES

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu – CONSEA IGUATU
Sociedade Civil

Lindomar da Silva Oliveira
Raimundo Barbosa da Silva
Associação Comunitária Rural

Gerlânia Chaves Bezerra
Edeiza Ataliba Bastos
Associação Iguatuense de Assistência Social e Proteção a Maternidade e Infância

Agnes Gonzaga Minervino
Raimundo Neto Carvalho Lima
Mesa Brasil (SESC)

Rita Nunes de Oliveira
Maria Crislanne de Oliveira
Caritas Diocesano

Rita Nunes de Oliveira
Maria Crislanne de Oliveira
Caritas Diocesano

Maria Sandra Lins Lourenço
Célia Maria Freitas Guedes Amorim
LIONS Clube – Terra da Telha

Antonia Barbosa de Lima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *campus* Iguatu

Sebastião Alves de Oliveira
Marciano Davi dos Santos
Sindicato dos Trabalhadores Rurais

José Almir Venâncio
Francisco Soares Sobrinho
Cooperativa Industrial e Agrícola de Iguatu

Ednar Gomes Alves
José Cândido Paes Bezerra Neto
Conselho Comunitário de Desenvolvimento Municipal de Iguatu – CCDMI

Sulenia Sampaio de Oliveira Souza
Maria Ozeneli Silva
Ematerce

ORGANIZAÇÃO
Secretaria Municipal de Assistência Social

ELABORAÇÃO
Pleno executivo da CAISAN IGUATU e Comitê Técnico (CT-1)

PROJETO GRÁFICO
Luiz F. de Vasconcelos

LISTA DE SIGLA

ABRANDH – Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAISAN Iguatu - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA Iguatu – Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu
DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
ENDEF - Estudo Nacional da Despesa Familiar
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional
IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador
PBF - Programa Bolsa Família
PSE - Programa Saúde na Escola
PSF – Programa Saúde da Família
PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMSAN – Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPA - Plano Plurianual
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social
SMAFP - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento
SMAP - Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMMAU - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SMS - Secretaria Municipal de Saúde
SIAB - Sistema de Informações da Atenção Básica
SIM - Serviço de Inspeção Municipal
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
USF – Unidade de Saúde da Família

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO 13

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 17
I Produção e Disponibilidade de Alimentos em Iguatu 19
II Renda e condições de vida 25
III Acesso à alimentação adequada, saudável e à água 25
IV Saúde, nutrição e acesso a serviço relacionados 27
V Educação 35
VI Programas e ações relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional 35

2. DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IGUATU PARA 61

3. A CONSTRUÇÃO DO SISAN E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IGUATU 65

4. DIRETRIZES E AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS 69
Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável 69
Diretriz 2 – Promoção do abastecimento, produção, extração, processamento e distribuição de alimentos 74
Diretriz 3 – Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional 79
Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação de ações de SAN voltados para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais 82
Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN 83
Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água, para a produção de alimentos da Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura 86
Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada 87
Diretriz 8 – Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada 87

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO 91

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 93

APRESENTAÇÃO

A construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Iguatu – PLAMSAN Iguatu é resultado do compromisso assumido entre o Governo Municipal e o Governo Federal, por ocasião da assinatura do Termo de Adesão de Iguatu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), formalizado pela publicação da Resolução Nº 8 /CAISAN/MDS de 27 de novembro de 2014. A sua realização ocorreu com base no fortalecimento da intersetorialidade, coordenado e elaborado pela Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu– CAISAN Iguatu, composta por 5 órgãos da administração pública municipal, concernente à área e identificados como secretarias especiais, responsáveis pelo planejamento, gestão, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Desde 2004, o Município de Iguatu vem instituindo a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com a criação da Lei nº 986/04 de Dezembro de 2004, que criou o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu, em 2009 pela criação da Lei Orgânica da SAN nº 1.291/09 de 17 de Junho de 2009 e em 2011 pela Portaria nº 300 que nomeou os integrantes da Câmara Intersetorial regulamentada com suas devidas atribuições. No entanto, em 2013, houve um avanço histórico na reformulação dos marcos legais relacionadas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no município, visto que o mesmo se propôs em aderir ao SISAN objetivando adequar estruturalmente a gestão da Política de SAN. Atualmente os documentos instituídos que regulamentam a Política Municipal de SAN são Lei nº 1.916 de 25 de setembro de 2013, que cria os componentes do município de Iguatu e cria os parâmetros para elaboração do Plano Municipal de SAN; Decreto nº 99 de 18 de novembro de 2013 que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de SAN; e o Decreto nº 12 de 24 de fevereiro de 2014 que regulamenta Câmara Municipal Intersetorial de SAN.

Constituem objetivos do PLANSAN Iguatu:

- fortalecer ações de Segurança Alimentar e Nutricional, possibilitando redução da insegurança alimentar e nutricional no Município, propiciando maior impacto e melhores resultados;
- propiciar a intersetorialidade, integrando programas, projetos e ações executadas por órgãos governamentais no Município;
- potencializar recursos financeiros gerando otimização e melhor eficiência na utilização dos mesmos;
- construir um sistema de acompanhamento, monitoramento e avaliação, visando obter eficácia e efetividade das ações.

O processo de construção do PLAMSAN Iguatu contou com o uso de diversos recursos pedagógicos e didáticos, dentre os quais destacam-se: oficinas; reuniões sistemáticas de grupos técnicos; consultas às deliberações e propostas contidas no relatório da 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; e proposições e prioridades definidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu – CONSEA Iguatu, Plano Plurianual – PPA 2014 – 2017, adotando como referência as diretrizes das Políticas e dos Planos Estadual e Nacional de SAN.

O mesmo se constitui uma conquista política e social importante, e mostra o fortalecimento de um trabalho intersetorial integrado, com vistas à implementação das ações voltadas para a área de SAN.

O maior desafio para a efetivação da política e do plano será a implantação de novos equipamentos públicos de SAN e fortalecimento dos equipamentos já existentes que integrem setores como agricultura familiar, educação alimentar e nutricional, e a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA.

Izaura Gomes do Nascimento de Oliveira
Presidente da CAISAN Iguatu

INTRODUÇÃO

O Município de Iguatu estruturou o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional para o período 2016/2017, com base no período de vigência do Plano Plurianual – PPA 2014 – 2017, ainda pelos princípios nomeados na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, assumindo o desafio de implantação e implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, fundamentada em um conjunto de ações planejadas para garantir o acesso de todos a alimentos saudáveis e adequados que promovam a nutrição e a saúde da população, tais como:

- universalidade e equidade no acesso à alimentação adequada, garantindo equivalência às populações tanto urbanas como as rurais;
- respeito à dignidade e autonomia das pessoas sem nenhum tipo de discriminação, assegurando ainda os costumes e a preservação cultural;
- participação social na elaboração, execução e controle social da política, plano, programas e projetos no âmbito de SAN;
- transparência e divulgação ampla dos programas, projetos, ações de SAN e dos recursos disponibilizados, quer públicos ou privados, e dos critérios para sua concessão.

O referido Plano Municipal segue os fundamentos do I PLANSAN - Nacional e do Estadual, quando incorporam no seu desenvolvimento os eixos orientadores e as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, vinculando a cada diretriz os objetivos, metas e iniciativas relacionadas aos programas e ações de SAN que deverão ser executados pelo Município.

Vale ressaltar a flexibilidade do documento, que prevê revisões para 2017 e 2018, possibilitando a realização de ajustes em consonância com a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2018 – 2021, para adequações e uma avaliação, da qual serão objetos:

- áreas temáticas correspondentes às áreas finalísticas de governo, tendo como base os indicadores de resultados;
- avaliação do comportamento e evolução das variáveis macroeconômicas que fundamentaram a elaboração do Plano;
- implementação articulada de políticas complementares ; e
- consistência, persistência e suficiência da estrutura programática.

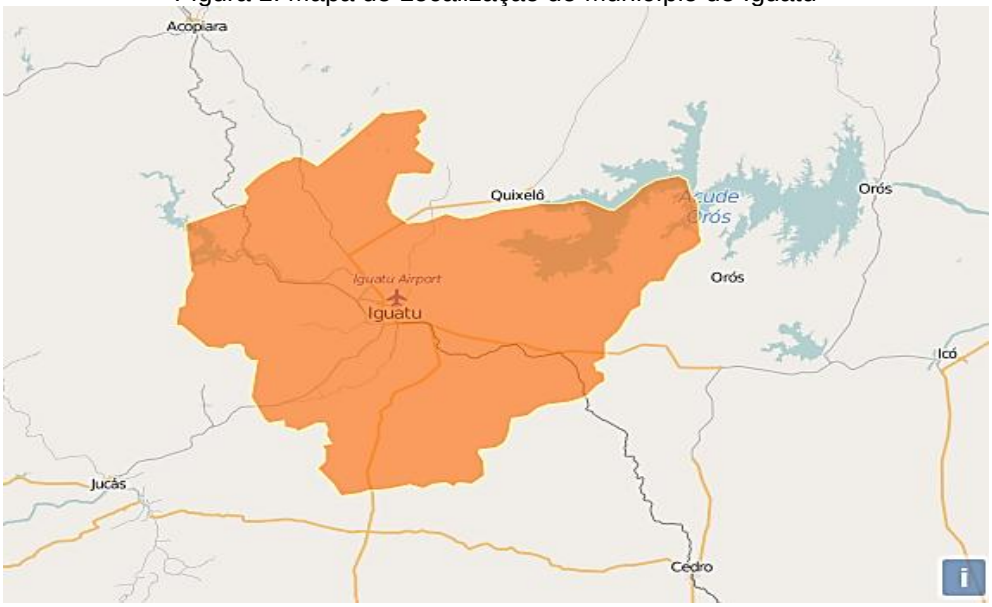
Desse modo, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN-Iguatu2016-2017 cumprirá, de forma continuada, sua execução, e o desempenho de programas e iniciativas será monitorado de modo a permitir uma avaliação adequada pelo Governo na revisão de propósitos e tomada de decisões em prol da eficácia e efetividade da política implementada.

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Município de Iguatu tem seu nome referenciado na cultura indígena, de origem tupi que significa “Água boa”. Localiza-se na macrorregião Centro-Sul do Ceará, a 388 km de distância da capital, com uma área de 1.029,214 km², sendo integrante da região semiárida, possui clima tropical semiárido e bioma de Caatinga. Limita-se ao norte, com os municípios de Quixelô e Acopiara, ao Sul, com os municípios de Cariús, Cedro e Várzea Alegre; ao Leste, com município de Icó e Orós; ao Oeste com o município de Jucás.

Fígura 1. Mapa de Localização do Município de Iguatu



Fonte: IBGE.

Com relação aos dados populacionais, constatou-se o número de 96.495 habitantes em Iguatu, uma média de 3,4 pessoas por domicílio, de acordo com o censo IBGE 2010. Estima-se que o mesmo atingiu 101.386 habitantes para o ano de 2015 (IBGE, 2015).

Em relação ao clima, a pluviosidade no município é de 805,3 mm anuais com chuvas concentradas de janeiro a abril. Com temperaturas que variam, conforme a época do ano e local, de mínimas de aproximadamente 20°C até máximas de 35°C. As médias térmicas mensais, no entanto, giram entre 26°C e 29°.

As principais fontes de água fazem parte da bacia do Alto Jaguaribe, sendo elas os rios Jaguaribe, Trussu; riachos como o Carnaúba, Antônio da Serra, Barroso, entre outros. Existem ainda diversas lagoas, destacando-se a do Iguatu, Bastiana, Saco, Barro Alto e Baú. Os principais açudes são: Açude do Governo (Marcio Fernandes), Orós e Trussu.

Nos períodos de estiagem ocorre a diminuição dos níveis de água dos açudes, instalando-se um quadro de escassez da água para abastecimento humano e saciamento dos animais, além da redução da produção de sequeiro, pois parte da plantação não “vinga”, o que dificulta o autoabastecimento das famílias produtoras. Este fato caracteriza a diminuição da produção e diversidade agrícola, provocando um menor abastecimento local, exigindo que se amplie a aquisição de produtos agrícolas de outros municípios e estados, encarecendo-os e gerando insegurança alimentar e nutricional das famílias de menor poder aquisitivo.

Pode-se atribuir ainda como característica do município, uma variável que interfere na Segurança Alimentar e Nutricional, a tendência nacional de aumento de consumo de alimentos industrializados pela falta de acesso a alimentos *in natura*, o que vem incidindo para a instalação do quadro de sobrepeso/obesidade e aumento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (Hipertensão e Diabetes) que são propiciadas pelo perfil alimentar encontrado entre as famílias brasileiras. Há uma participação crescente do consumo de alimentos fontes de gorduras em geral, principalmente de gorduras de origem animal e alimentos industrializados com elevado teor de açúcar e sódio e inversamente, a diminuição de cereais, leguminosas, frutas, verduras e legumes. Por outro lado, ainda persistem no Brasil as formas mais severas da desnutrição, associadas ao déficit de estatura por idade. Este é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, mas também presente em bolsões de pobreza nas demais regiões, o que caracteriza a desnutrição, sem dúvida, como um produto da desigualdade social e pobreza do país.

A melhoria no acesso à saúde e à renda da população deveria ter impactado no avanço dos indicadores relativos à deficiência de micronutrientes, mas pesquisas apontam a persistência das deficiências de ferro e vitamina A. Também se observa o ressurgimento de casos de Beribéri (deficiência de vitamina B1 ou tiamina) e o desajuste do consumo de iodo por adultos, proveniente do consumo excessivo do sal de cozinha iodado. A persistência dos casos de carências nutricionais, quando não determinada pela falta de acesso à alimentação, pode ser associada ao tipo de alimento que se tem acesso (de baixo valor nutricional e pouca variedade) ou mesmo à escolha alimentar (hábitos alimentares).

Além destes agravos, existem as necessidades alimentares especiais dos erros inatos do metabolismo, doença celíaca, Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), nefropatias, intolerâncias, alergias e transtornos alimentares, entre outros que merecem atenção (BRASIL, 2014).

Para se chegar a tais conclusões é necessária uma análise cautelosa dos determinantes, pois estes permitem o planejamento das políticas e ações protetoras. Diante deste contexto se propõe discorrer sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional para a elaboração do Plano Municipal de SAN, com objetivo de contribuir para o desenvolvimento da respectiva política no município.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é um conceito que permanece em construção, por ter relação com diferentes interesses e diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, razão pela qual sua concepção ainda é assunto debatido por vários segmentos da sociedade, no Brasil e no mundo.

Segundo a Associação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013), após a Segunda Guerra Mundial, havia o entendimento que insegurança alimentar decorria da produção insuficiente de alimentos nos países pobres. Neste contexto foram lançadas tentativas de aumento da produtividade, associado ao uso de novidades genéticas, insumos químicos, que geraram impactos econômicos e ambientais negativos, demonstrando a não aplicabilidade sobre a redução da fome. O fato é que a produção de alimentos no planeta cresceu muito além do aumento da população mundial, entretanto a fome persistiu em determinadas regiões pela falta de acesso à terra ou insuficiência de renda para compra de alimentos.

O entendimento só ampliou em 1980, quando passou a incorporar a noção de acesso a alimentos seguros, de qualidade, em quantidade suficiente, de produção sustentável e culturalmente aceitável. O debate mundial possibilitou avanços neste aspecto conceitual, entendendo que a falta de acesso à alimentação não ocorre somente pela insuficiência de alimentos, mas também devido a ausência de renda e

de condições para sua aquisição, às desigualdades de acesso aos meios de produção e condições socioeconômicas da população.

No âmbito nacional, o Brasil evoluiu pela a instituição política na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 e a Garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) por Ementa Constitucional em 2010. O conceito foi ampliado, se referindo ao termo “alimentar” como processo de disponibilidade e “nutricional” à escolha, ao preparo e ao consumo alimentar relacionado à saúde. Deste modo, as condições sociais tonaram-se prioridade no governo com adoção da estratégia Fome Zero, não se restringindo na aquisição insuficiente de alimentos, considerando a escolha inadequada dos mesmos. Portanto, esta característica não se destina apenas às famílias de baixa renda, pois nem todo pobre vive em situação de insegurança alimentar e nem todo cidadão em situação de risco alimentar é necessariamente pobre.

A SAN é regida pela intersetorialidade e a mobilização de diferentes setores da sociedade (agricultura, educação, saúde, desenvolvimento e assistência social, trabalho).

Dessa forma é importante destacar alguns indicadores relacionados à SAN, a serem apresentados neste capítulo, o qual abordará a situação socioeconômica do Município de Iguatu, contextualizado em seis partes ou dimensões: I) Produção e disponibilidade de alimentos; II) Renda e condições de vida; III) Acesso à alimentação adequada e saudável; IV) Saúde e acesso aos serviços de água adequados, esgotamento sanitário e lixo; V) Educação; e, VI) Programas e ações relacionados a SAN.

I. Produção e Disponibilidade de Alimentos em Iguatu

O abastecimento alimentar engloba o conjunto diverso de atividades que medeiam à produção e o consumo de alimentos. Nessa concepção foi realizado um breve apanhado dos processos em curso dos principais produtos agroalimentares que revela as tendências e desafios em curso no município de Iguatu.

O município de Iguatu apresentou avanços na produção agropecuária entre 2005 e 2015, se destacando a produção de frutas em relação à cultura da banana, cultivada a mais de 30 anos, fortalecida pelo melhoramento genético por seleção das mudas de meristema, aumentando a quantidade e qualidade do produto. Além da banana, novas culturas foram introduzidas: maracujá, goiaba e uva, impulsionada pela exportação o que contribui positivamente com a economia local.

No tocante a variabilidade dos produtos ainda se observa uma pequena diversidade de alimentos produzidos, embora as quantidades sejam significativamente elevadas em comparação a outros municípios da região centro-sul do Ceará. A produção resume-se apenas a 03 (três) tipos de grãos (arroz, milho e feijão), algumas frutas como banana e goiaba, das hortaliças (tomate e pimentão),produtos de origem animal (leite e ovos) e a produção de tubérculos (jerimum e mandioca). Embora não seja uma produção contínua e não constar em dados nacionais e estaduais, em Iguatu há também a produção das seguintes frutas: acerola, cajarana, caju, cajá, manga, maracujá, melancia, ata e uva, entre outras.

Segundo dados do IBGE Cidades a quantidade da produção de arroz em casca chegou a 12.108 toneladas ao ano; de feijão em grão, 895 toneladas; e milho em grão, 4.032 toneladas.

Em destaque aos grãos observa-se a forte dependência dos itens básicos da cesta de alimentos com o grupo das lavouras temporárias, as quais sofrem forte

influência das variações climáticas. Com base na análise dos dados pluviométricos de 2005 a 2014, nos últimos dez anos observa-se uma oscilação dos dados, com a quantidade chuvas insuficiente em alguns anos, abaixo da média de 805,3 mm, sendo mais agravada no ano de 2005 (652 mm) e 2015 (736 mm). Além do aspecto quantitativo pluviométrico é importante destacar a característica intermitente das chuvas, o que influencia na perda da produção, pois o produtor ao se preparar para obter a colheita sofre com a possível espera em um período de longa estiagem.

Tabela 1. Análise de perda e produtividade em função dos dados pluviométricos de Iguatu – CE.

Anos	**Rendimento Médio (kg/ha)**	**Produção esperada e/ou obtida (t)**		**Dados pluviométricos**
	Perda % (d/c)	**Inicial (e)**	**Atual (f)**	**(mm)**
2015	83,93 %	4.828,50	776,00	736,0
2014	18,81 %	5.176,50	3.572,85	801,0
2013	55,7 %	8.171,25	1.966,56	857,5
2012	36,0 %	9.399,50	5.974,74	920,0

Fonte: Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (Ematerce).

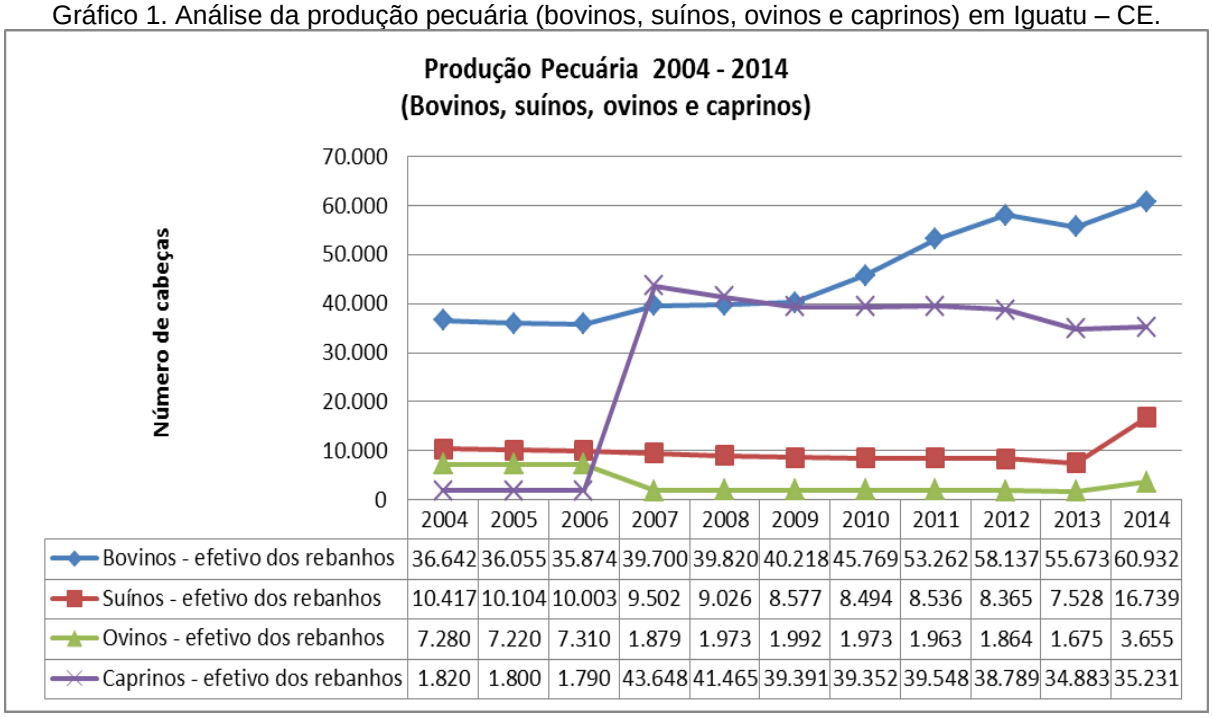
Com base nos dados (Tabela 1) é possível analisar que dos últimos anos, o ano de 2015 teve o maior percentual de perda 83,93%, a relação entre a expectativa de produção inicial e a atual também foram as menores, (4.828,50 e 776,0) toneladas, respectivamente. Ao associar estes dados com a pluviometria percebem-se menores quantidades de chuvas neste ano, podendo estar agravado pela má distribuição “veranico” nos períodos produtivos.

A análise feita em relação às perdas por tipo de cultivo indicou que a cultura de milho é a mais prejudicada frente às variações climáticas, chegando a representar 84,6% das perdas em 2015. O arroz em segundo lugar das perdas com 80,0% e o feijão em terceiro com 75,0%.

A produtividade é um indicativo de eficiência a partir da utilização dos recursos e pode influenciar a renda, sendo, portanto, um importante indicador para a produção de alimentos, considerando a escassez de recursos naturais e de capital. A produção local não atende a demanda de consumo, interferindo diretamente no acesso local a alimentos, sendo necessário recorrer a outros produtos vindos de outras localidades.

A pecuária tem papel preponderante na renda do produtor, além de ser fonte de proteína para a alimentação humana, fornecendo carne, leite e ovos. Entre 2004 e 2014 a produção pecuária municipal progrediu em diversos produtos: o bovino teve produção aumentada em 66% neste período, chegando a 60.932 bovinos em 2014; o caprino teve um salto na produção atingindo seu ápice em 2007 com 43.648 cabeças, sobressaindo sob a produção de bovinos, já em 2014 com um rebanho de 35.231 cabeças, ainda demonstra uma produção estável; os suínos mantiveram no uma produção estável no decorrer dos anos chegando a 16.739 cabeças no último ano; o ovino foi o único dos animais de rebanho, que decaiu em sua produção em 2007 mantendo-se estável até 2013 e só em 2014 demonstrou um leve aumento produtivo com 19. 571 cabeças.

Gráfico 1. Análise da produção pecuária (bovinos, suínos, ovinos e caprinos) em Iguatu – CE.

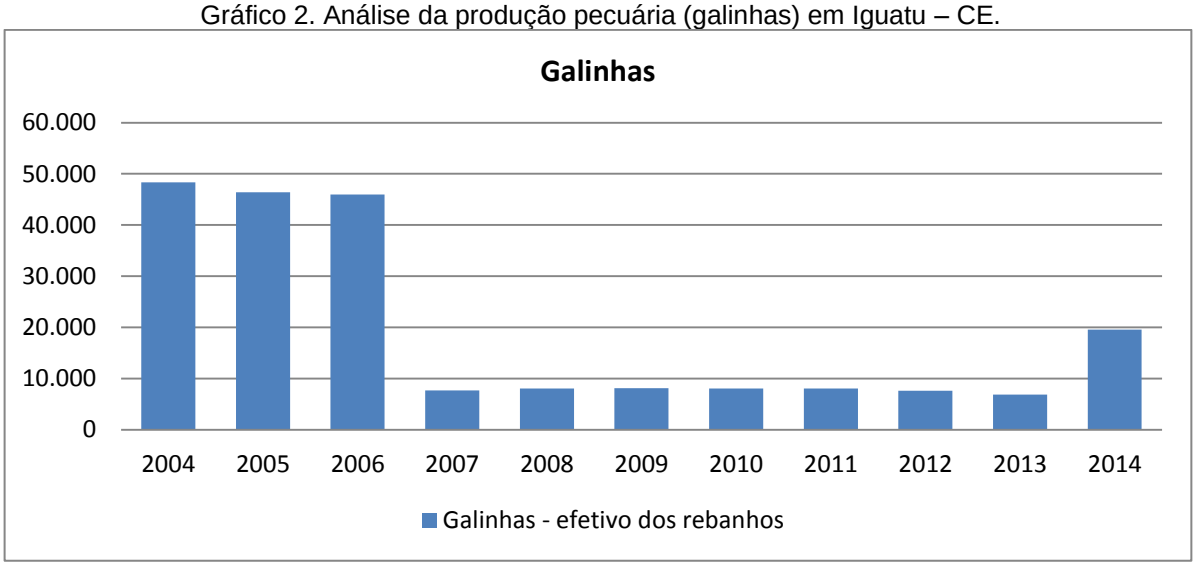


	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Bovinos - efetivo dos rebanhos	36.642	36.055	35.874	39.700	39.820	40.218	45.769	53.262	58.137	55.673	60.932
Suínos - efetivo dos rebanhos	10.417	10.104	10.003	9.502	9.026	8.577	8.494	8.536	8.365	7.528	16.739
Ovinos - efetivo dos rebanhos	7.280	7.220	7.310	1.879	1.973	1.992	1.973	1.963	1.864	1.675	3.655
Caprinos - efetivo dos rebanhos	1.820	1.800	1.790	43.648	41.465	39.391	39.352	39.548	38.789	34.883	35.231

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

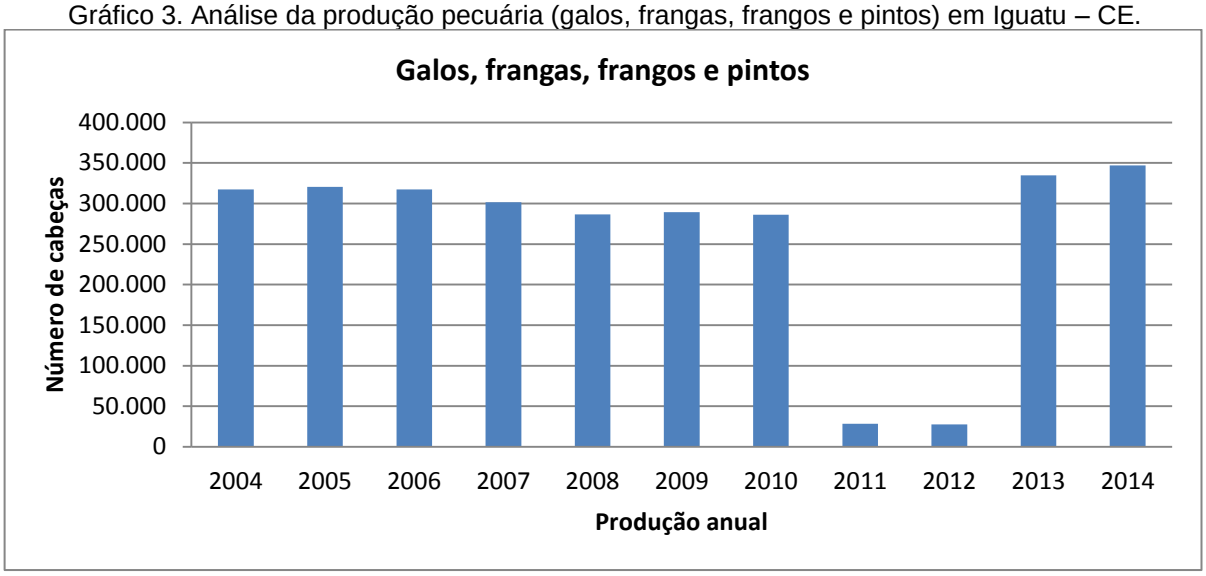
Outro item importante na produção pecuária em Iguatu foram as aves, especificamente a Galinha. A mesma apresentou nos três primeiros anos uma produção elevada e consistente, no entanto uma queda significativa (498%) foi observada em 2007 se mantendo até o ano de 2013, retomando o aumento da produtividade em 2014.

Gráfico 2. Análise da produção pecuária (galinhas) em Iguatu – CE.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

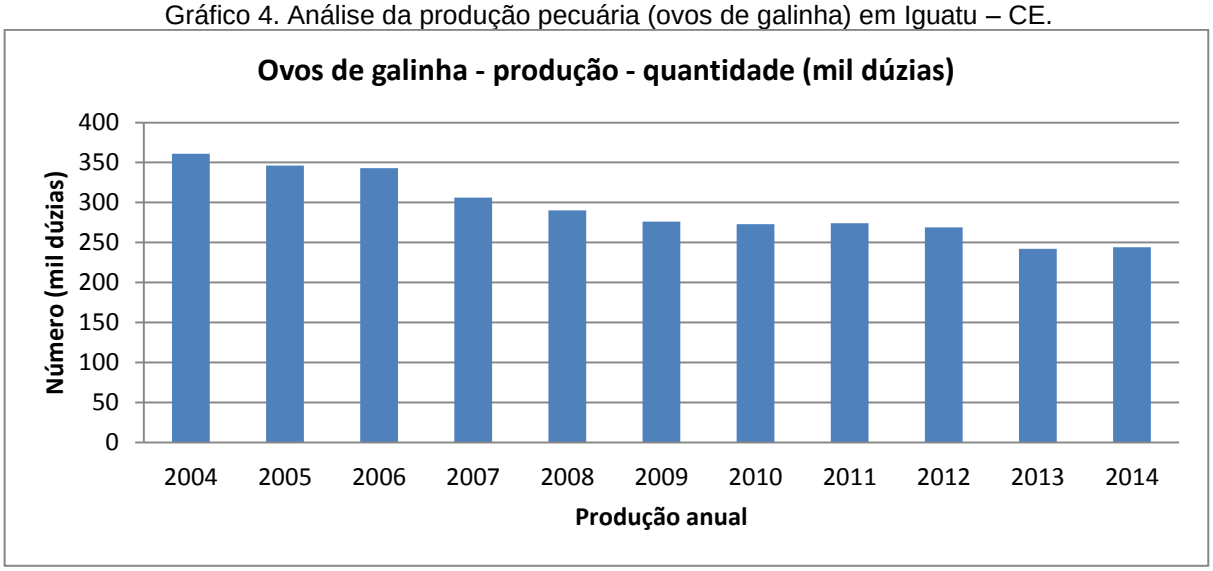
Gráfico 3. Análise da produção pecuária (galos, frangas, frangos e pintos) em Iguatu – CE.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

A produção derivadas de animais oscilou neste mesmo período de 2004 a 2014. O ovo é um dos produtos de destaque nesta linha de produção, no entanto tem declinado chegando a uma queda de 67% entre o primeiro e o ultimo anos de análise. Em 2014 a produção ainda atingiu 244 mil dúzias de ovos de galinhas.

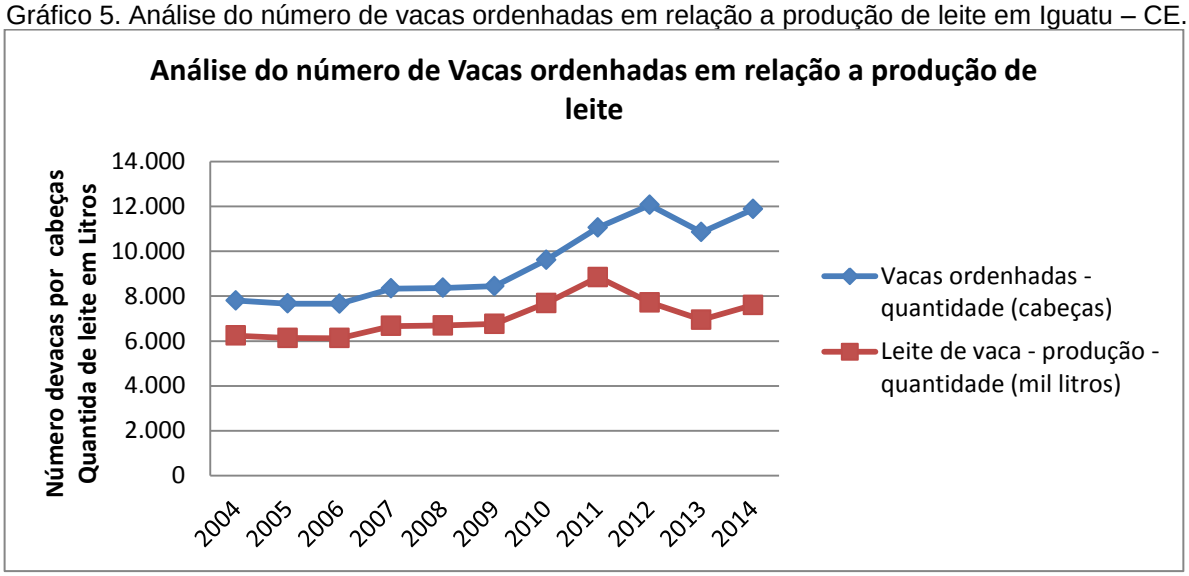
Gráfico 4. Análise da produção pecuária (ovos de galinha) em Iguatu – CE.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

Outro dado interessante sob os derivados animais é a produção municipal de leite, a qual teve um crescimento proporcional ao número de vacas ordenhadas, chegando a máxima em 2011 com 41% a mais que a produção de 2004. Em 2013 houve uma baixa na produção em 10%, retomando 9% em 2014 com a produção de7.600 litros de leite de vaca.

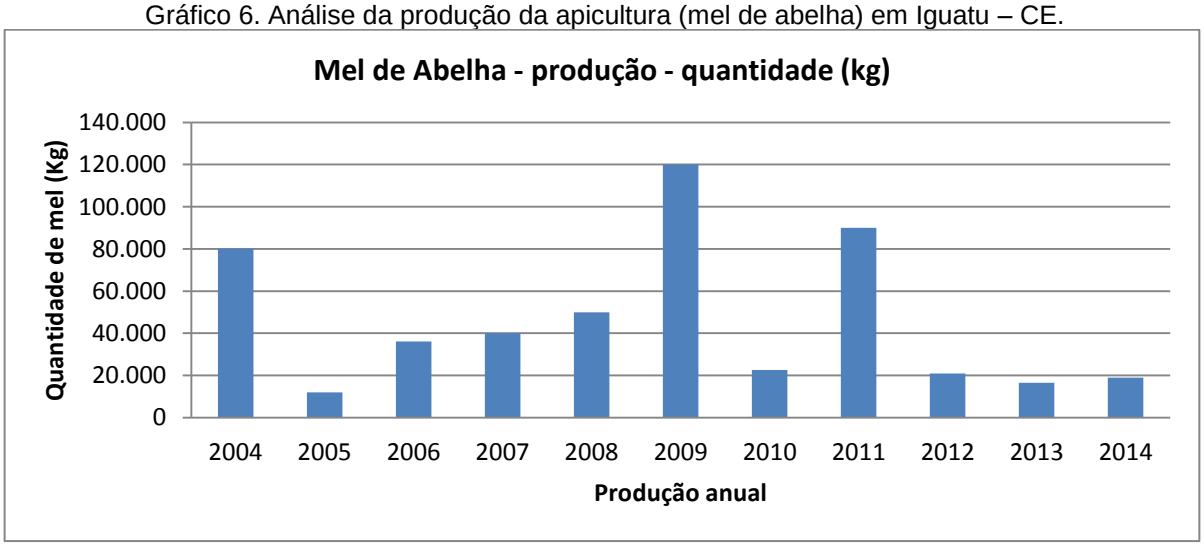
Gráfico 5. Análise do número de vacas ordenhadas em relação a produção de leite em Iguatu – CE.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

A apicultura também foi uma área com produção significativa, no entanto demonstra-se instável no decorrer dos anos. O ápice da produção de mel de abelha ocorreu em 2009 com a produção de 120 mil quilos de mel, todavia em 2014 apresentou 19.033 quilos, gerando uma movimentação econômica local de 114 mil reais.

Gráfico 6. Análise da produção da apicultura (mel de abelha) em Iguatu – CE.



Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2014.

A estrutura fundiária e a utilização das terras também estão relacionadas às práticas agrícolas e a intensidade de exploração da terra que, por sua vez, implicam em risco de degradação e perca de produtividade. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária existem atualmente 2.748 propriedades cadastradas, representando 89.174,02 hectares.

Para analisar a estrutura fundiária no Município foram coletados dados secundários do Censo Agropecuário do IBGE (2006) por estratos de propriedades rurais (em hectares) referentes ao número de estabelecimentos (Tabela 2).

Tabela 2. Utilização das terras no município de Iguatu –CE.

Tipo de Propriedade	Nº de estabelecimentos agropecuários (Und)	Área dos estabelecimentos agropecuários (HA)	**Concentração**
Utilização das terras - Lavouras - permanentes	511	667	1,3 HA/Und
Utilização das terras - Lavouras - temporárias	4.122	10.666	2,58 HA/Und
Utilização das terras - Lavouras - área plantada com forrageiras para corte	339	1.534	4,52 HA/Und
Utilização das terras - Pastagens - naturais	1.996	27.129	13,59 HA/Und
Utilização das terras - Pastagens - plantadas degradadas	49	724	14,77 HA/Und
Utilização das terras - Pastagens - plantadas em boas condições	226	2.080	9,20 HA/Und
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	189	3.250	17,19 HA/Und
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - naturais (exclusive área de preservação permanente e as em sistemas agroflorestais)	419	7.919	18,89 HA/Und
Utilização das terras - Matas e/ou florestas - florestas plantadas com essências florestais	2	-	- HA/Und
Utilização das terras - Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	80	1.737	21,71 HA/Und
Utilização das terras - Tanques, lagos, açudes e/ou área de águas públicas para exploração da aquicultura	296	1.284	4,33 HA/Und
Utilização das terras - Construções, benfeitorias ou caminhos	875	1.027	1,17 HA/Und
Utilização das terras - Terras degradadas (erodidas, desertificadas, salinizadas, etc.)	26	93	3,57 HA/Und
Utilização das terras - Terras inaproveitáveis para agricultura ou pecuária (pântanos, areais, pedreiras, etc.)	95	668	7,03 HA/Und

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006.

A prática orgânica consiste em outro ponto relevante da linha de produtividade de alimentos, pois no município, ainda não há registro confirmando esta prática com base em análise técnica, no entanto observa-se a prática de produção agroecológica. Com relação à prática do uso de agrotóxico, os alimentos considerados com maior contaminação por este produto químico são o pimentão, a abóbora e o tomate.

No contexto geral da produção deve-se considerar que não houve um crescimento significativo na produção agrícola devido à variabilidade climática, foi possível observar segundo os dados analisados, que houve um decréscimo neste aspecto, inclusive em relação a perdas de animais.

No tocante à disponibilidade de alimentos, esta deve ser também considerada como determinante para situação alimentar e nutricional local, pois o crescimento da comercialização para outras localidades influenciam os preços locais. Nos últimos dez anos as maiores variações de preço em Iguatu ocorreu sob o feijão, chegando a 400% de aumento de preço, seguido pelo tomate chegando a atingir os mesmos índices. Enquanto o item que teve menor variação em relação aos demais foi o milho, assegurado pela Política de Preços Mínimos no âmbito da CONAB.

Os períodos chuvosos favorecem a produção agrícola principalmente com relação aos itens que compõe a cesta básica, o feijão, macaxeira, maxixe, quiabo, milho verde e batata doce.

A região é produtiva quando há chuvas “boas”, no entanto os períodos de estiagem assolam a disponibilidade dos alimentos. Conforme Relatório do Brasil sobre o Clima, IPCC (2007), citado no Plano Estadual de Combate à Desertificação, Ceará (2010), estudos apontam que os efeitos das mudanças climáticas serão sentidos com maior intensidade no Semiárido do que em outras regiões do País. A nível municipal o efeito deste impacto é o quadro de seca que tem influenciado na mortalidade de animais, aumento da temperatura, escassez de água, fatores estes que interferem diretamente de forma negativa na produção agrícola.

Um dos principais pontos que caracterizam a comercialização de alimentos no município é o Mercado Público de Iguatu e a Feira livre de Iguatu. O Mercado foi construído a 42 anos, consiste em um centro de abastecimento, atualmente está saturado e necessita de reforma para ampliação, garantindo mais espaço e estrutura física de acordo com as normas de segurança sanitária.

Figuras 2 e 3. Mercado Público de Iguatu

Figuras 4. Feira Livre de Iguatu

Outro importante ponto de abastecimento e comercialização é o Mercado do Peixe de Iguatu, que merece atenção, pela relevância deste alimento na alimentação e na economia local.

Figuras 5. Mercado do Peixe de Iguatu

Com o crescimento do número de feirantes e o aumento da demanda por alimentos da população, deve-se pensar na elaboração de um projeto arquitetônico de um mercado municipal, de uma feira livre e um mercado do peixe, para melhor atender o público e dar maior conforto aos feirantes, disponibilizando um local estruturado, com boa iluminação e amplo espaço para comercialização dos produtos da agricultura, principalmente agricultores atendidos pelos programas municipais de incentivo a agricultura familiar, dinamizando o comércio no local.

Os supermercados e mercantis também comercializam os produtos da feira livre, no entanto, os preços são em média 10% mais elevados em comparação com os feirantes.

II. Renda e Condições de Vida

A renda das famílias constitui um importante fator de determinação do grau de acesso da população à alimentação, pois indica a situação da (in) segurança alimentar nos domicílios. A insuficiência de renda inviabiliza a realização do direito humano à alimentação por restrições no acesso a alimentos, sem comprometer o acesso a outros direitos, tais como saúde, habitação e educação.

A dimensão renda e condições de vida da população reúne um conjunto de variáveis que proporcionam uma visão da situação atual do Município de Iguatu, relacionando os resultados locais com os números encontrados para o Brasil, para a Região Nordeste e o Estado do Ceará.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012 dispõe que para a variável *rendimento médio mensal total domiciliar per capita nominal* o valor detectado para o país foi de R$ 845,77, sendo importante lembrar que as regiões com maior rendimento (Sudeste, Centro-Oeste e Sul) ainda mantêm grande diferença em relação às duas mais pobres (Nordeste e Norte): dentre as cinco regiões, cabe ao Centro-Oeste a maior renda média domiciliar (R$ 1.099,80),que representa quase duas vezes o valor encontrado para o Nordeste (R$591,84), região com o rendimento mais baixo.

Na região Nordeste, especificamente, o Ceará deteve o 4° mais baixo nível de rendimento domiciliar per capita (R$ 700,00). Por sua vez, o Município de Iguatu apresentou um rendimento mensal domiciliar per capita de R$ 508,39, abaixo do valor calculado para o Estado. Entre a área urbana, o rendimento era de R$ 581,52 e na área rural de R$ 256,00, apontando uma diferença de 127,15% maior para os domicílios urbanos.

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 96.495 residentes, dos quais 11.520 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R$ 70,00. Isso significa que 11,9% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 6.211 (53,9%) viviam no meio rural e 5.309 (46,1%) no meio urbano.

A pobreza ocupa o lugar de determinante principal da Insegurança Alimentar e Nutricional, ou seja, do não acesso regular e permanente a uma alimentação adequada em termos de quantidade e qualidade, dando origem ao fenômeno da fome.

Outro importante indicador nessa linha é o de análise da desigualdade de renda, medida pelo Índice de Gini. O índice para o município de Iguatu, segundo dados do Censo Demográficos 2010 é 0,46, a baixo do índice do Estado do Ceará que no mesmo ano indicou 0,556. Nesse contexto, constata-se o bom desempenho do Município, em relação ao Estado, estando o município em um quadro de menor desigualdade em comparação ao Estado.

III Acesso a alimentação adequada e saudável

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD, do IBGE, realizada em forma de suplemento para os anos de 2004 e 2009, apontou a situação da segurança e insegurança alimentar no país, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

A Escala se baseia na percepção dos indivíduos pertinentes às condições de alimentação do domicílio. O método aplicado para a EBIA estabelece pontos de corte fixados de acordo com o registro de respostas positivas ou negativas, em um conjunto de questões vinculadas à falta de dinheiro para comprar comida:

a) preocupação de que o alimento acabe;
b) redução da quantidade de alimentos;
c) deixar de fazer alguma refeição;
d) comer menos;
e) sentir fome e não comer;

f) perder peso;
g) quantidade de peso perdida;
h) fazer apenas uma refeição ou ficar o dia todo sem comer;
i) deixar de ter alimentação saudável e variada;
j) não comer quantidade suficiente de comida; e
k) diminuir a quantidade de alimentos às refeições.

O somatório das respostas constitui escores de pontuação diferenciados para domicílios com maiores de 18 anos de idade e sem menores de 18 anos, que devem ser observados em conjunto; fornece informações sobre a situação de Segurança Alimentar e Nutricional dos moradores dos domicílios. De acordo com essa escala, os domicílios podem ser classificados de acordo com o status de Segurança Alimentar ou Insegurança Alimentar.

No caso da Insegurança Alimentar a definição permite o entendimento subdividido em três níveis, a saber:

Situação de Segurança Alimentar	Descrição
Segurança Alimentar	Os moradores dos domicílios têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.
Insegurança Alimentar Leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos, resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.
Insegurança Alimentar Moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação, resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança Alimentar Grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação, resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Em 2004 a proporção dos domicílios particulares e permanentes do Ceará, com algum tipo de Insegurança Alimentar, era de 55,71%. Em 2009 passou para 48,31%. Quando se observa a taxa de variação 2004-2009 verifica-se que o Ceará conseguiu reduzir tal nível em 13,29%, com desempenho considerado mediano, em comparação aos demais estados (13º no ranking nacional da taxa de variação).

A presença de menores de 18 anos nos domicílios, em geral, eleva a necessidade de alimentos, ao mesmo tempo em que eleva o número de dependentes. No Ceará 35,9% dos domicílios com moradores acima de 18 anos apontaram algum tipo de insegurança alimentar, ao passo que quando o domicílio apresenta pelo menos um morador com idade abaixo de 18 anos, o percentual passa a ser de 55,6%.

A raça ou cor declarada dos indivíduos moradores dos domicílios e sua relação com a insegurança alimentar é um aspecto a considerar. Em 2009, o percentual de pardos e negros, em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, atingiu 29,40%, enquanto o de brancos, 21,54%.

Quando se fala em acesso a alimentação adequada e saudável, deve-se enquadrar neste contexto o acesso a água de qualidade, através de uma rede geral

de abastecimento. Com relação ao o número de ligações de água ativas totais em Iguatu foi de 28.507 e as ligações à rede de esgoto ativas totais foram 4.136. O abastecimento de água e saneamento em escolas corresponde a 31 ligações de água ativas totais. Estes números em geral representam uma cobertura estimada de 94.928 pessoas, aproximadamente 90% da população total de Iguatu.

Segundo dados do Censo IBGE 2010 o percentual de domicílios particulares permanentes - tipo de saneamento – total – adequado era 26,1%, inadequado 10,4% e semi-adequado 63,5%. Analisando o tipo de domicílios inadequados observou-se que 42,6% estão na zona rural e 1,2% na zona urbana.

O município de Iguatu não possui dados sobre a escala de insegurança alimentar, mas, por mais que não se saiba a sua dimensão, sabe-se que ela está presente, caracterizada pela dificuldade de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, muitas vezes comprometendo o acesso a outras necessidades essenciais. Portanto é necessário incentivar pesquisas locais com a aplicação da escala, para obter dados capazes de medir a insegurança alimentar nos domicílios.

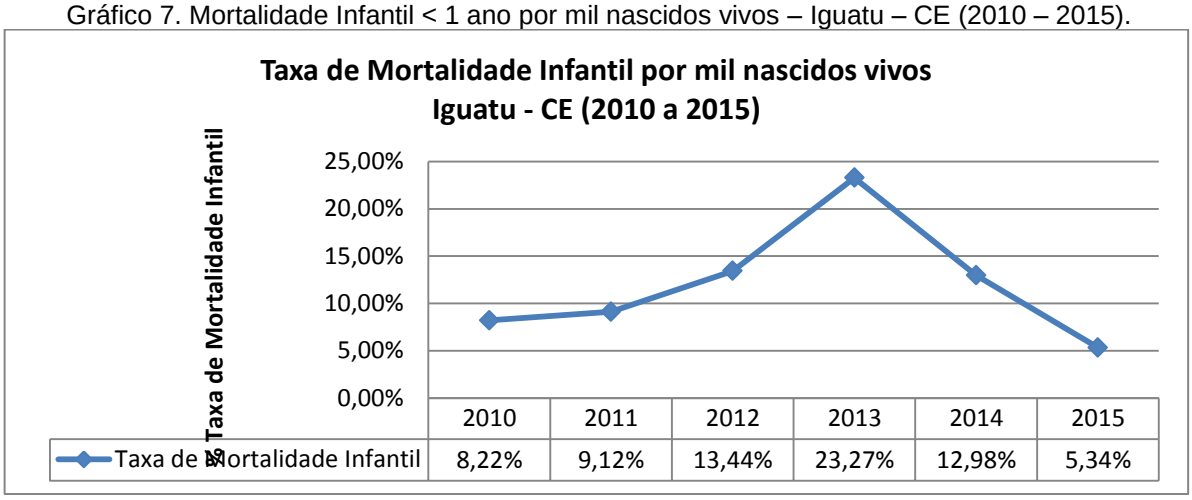
IV Saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados

Iguatu conta com 28 Unidades de Saúde da Família (USF), das quais 11 localizadas na zona rural e 17 na zona urbana. Em apoio a estas unidades existem as equipes de Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF). Atualmente, encontram-se cadastradas junto ao Ministério da Saúde 03 equipes de NASF de Iguatu e somada a estas constam atuantes mais 02 equipes de NASF, em virtude da inserção da Residência Multiprofissional vinculada à Escola de Saúde Pública de Iguatu. Cada NASF é responsável pela cobertura de uma sede, onde esta por sua vez abrange unidades específicas. As sedes onde atuam as equipes de NASF do município são Jardim Oásis, Brasília e Santo Antônio; já as equipes de NASF da Residência Multiprofissional são nas sedes Paraná e Vila Centenário.

Possui anda 01 Policlínica de especialidades pública, CAPS, SAMU, CEO, Saúde Mental Infanto-Juvenil, Laboratório Municipal, Secretaria Municipal de Saúde (SMS), Ambulatório de Epidemiologia, Unidade de Vigilância Sanitária, Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, com médicos atuando diariamente, Ainda há 01 Hospital Regional, que atende uma demanda local e de municípios vizinhos, 01 Hospital e Maternidade e 01 Corpo de Bombeiros.

De acordo com os dados do Sistema de Informações de Atenção Básica (SIAB), administrado pelo Departamento de Atenção Básica (DAB – DATASUS), no município de Iguatu a taxa de mortalidade infantil em 2015 foi de 5,34%. A taxa diminuiu significativamente em relação aos anos anteriores, conforme dados do gráfico anual da Mortalidade Infantil no Município de Iguatu (por mil nascidos vivos) entre 2010 a 2015.

Gráfico 7. Mortalidade Infantil < 1 ano por mil nascidos vivos – Iguatu – CE (2010 – 2015).



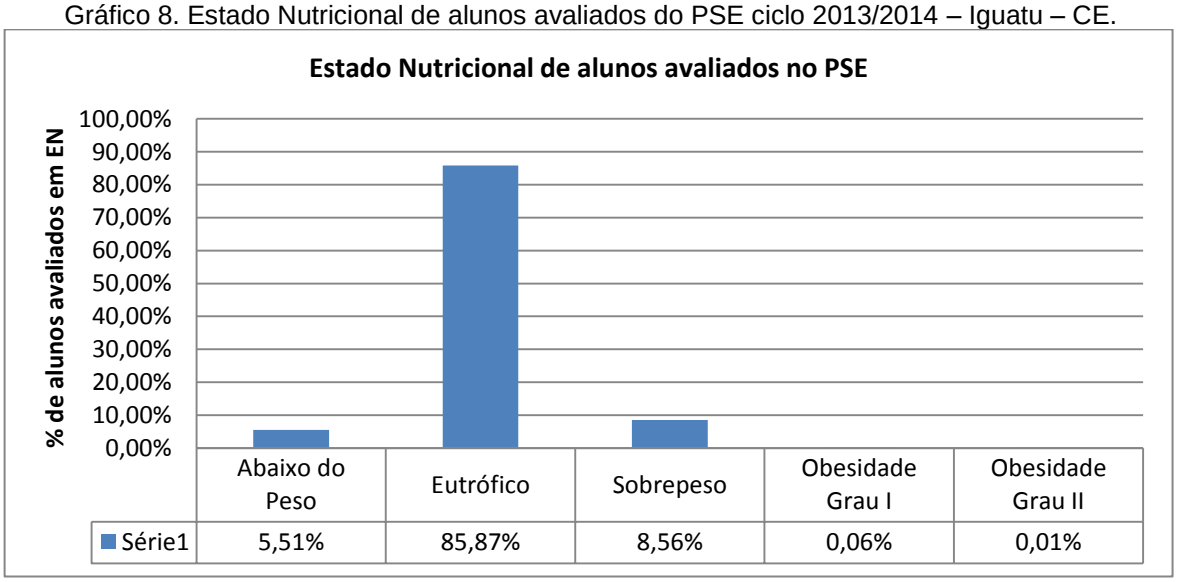
Fonte: Secretaria de Assistência à Saúde/ DAB – DATASUS.

Para os indicadores relacionados ao estado nutricional da população não é possível realizar um diagnóstico preciso para todas as fases da vida. Uma ferramenta fundamental para auxiliar nesta tarefa seria o levantamento dos registros dos acompanhamentos no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). No entanto, o mesmo não vem sendo efetivamente alimentado no Município, apresenta-se, portanto, dados relativos a uma pequena amostra, dos relatórios de programas e ações específicos e pontuais como registros de outros atendimentos, o Programa Bolsa Família e o Programa Saúde na Escola, este último referente ao ciclo 2013/2014, a seguir:

Amostragem do Programa Saúde na Escola

- 47 escolas, 100% de alunos pactuados, total de alunos atendidos 14.667;
- Alunos atendidos em antropometria 57%, total de alunos avaliados 8.334;
- Alunos com avaliações alteradas 1.178 (14,13%)

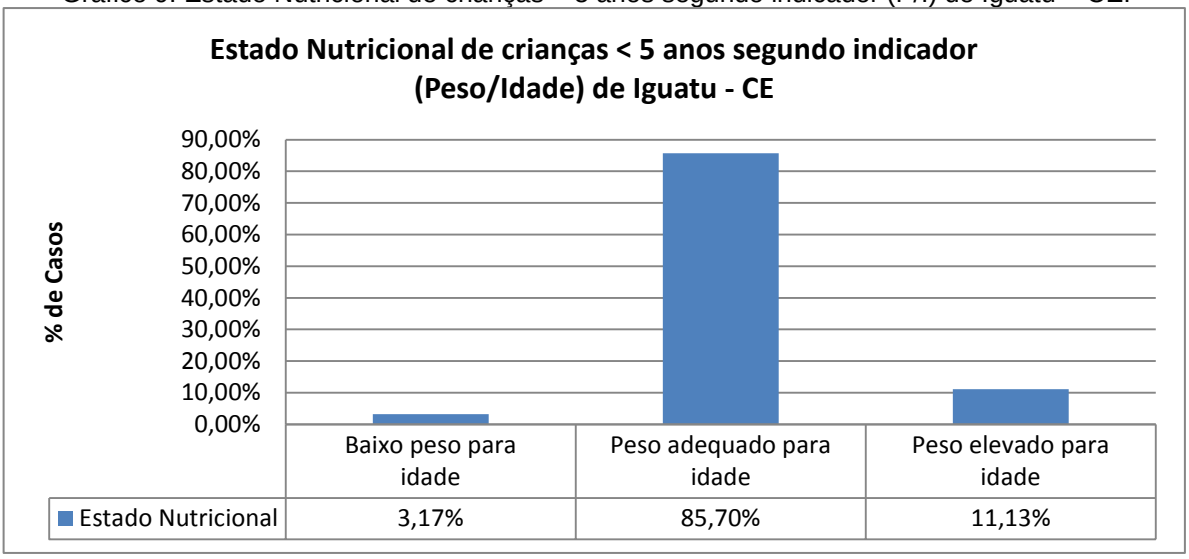
Gráfico 8. Estado Nutricional de alunos avaliados do PSE ciclo 2013/2014 – Iguatu – CE.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

Amostragem do Programa Bolsa Família e outros registros de atendimentos

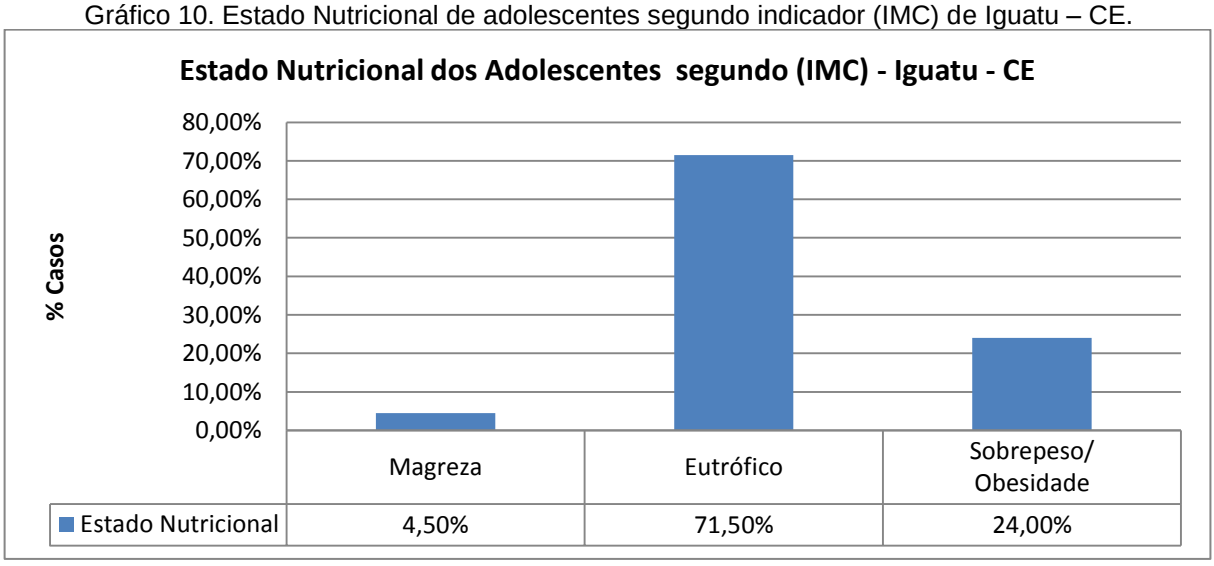
Gráfico 9. Estado Nutricional de crianças < 5 anos segundo indicador (P/I) de Iguatu – CE.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

O Estado Nutricional de crianças menores de 5 anos segundo o Indicador peso/idade demonstra que 3,17%, baixo peso para a idade; 85,7% estão com peso adequado e 11,13% encontram-se com peso elevado. Esses resultados são considerados relevantes quando comparados aos parâmetros da Organização Mundial de Saúde – OMS, que indica para baixo peso ter um perfil de 2,3% para esse indicador. Por outro lado, o percentual de crianças com peso elevado (11,13%) merece a implementação de ações que contribuam para mudar essa realidade.

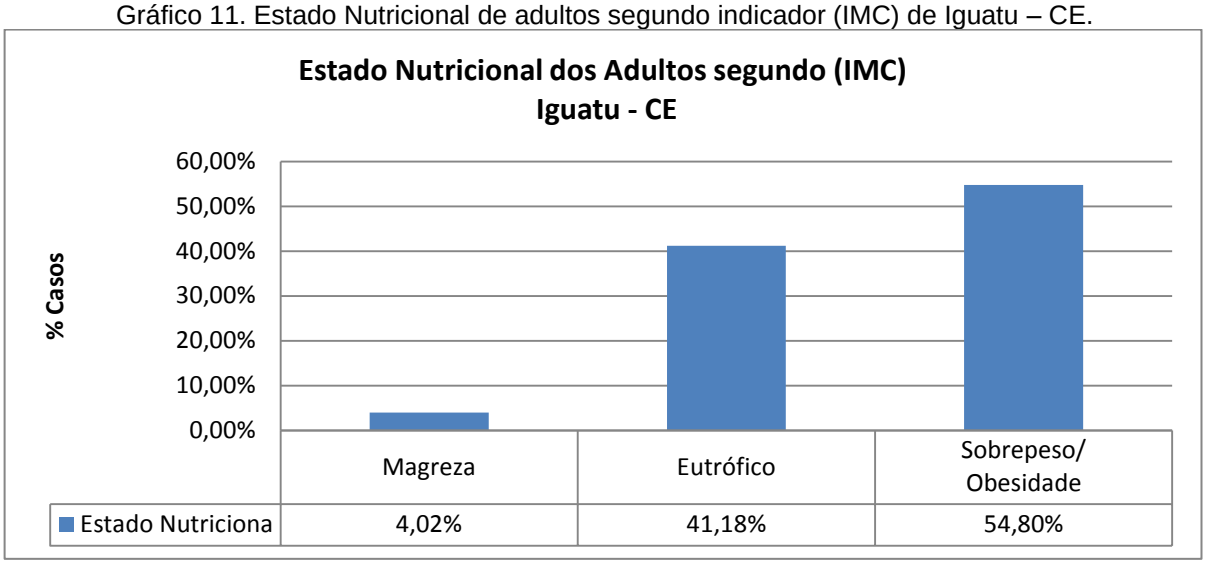
Gráfico 10. Estado Nutricional de adolescentes segundo indicador (IMC) de Iguatu – CE.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

Os indivíduos que se encontram na faixa etária de dez (10) a dezenove (19) anos, ou adolescência, a avaliação nutricional nos mostra para o indicador Índice de Massa Corporal para Idade (IMC/Idade): 4,5% magreza; 71,5% eutróficos; 24,0% com sobrepeso/Obesidade.

Gráfico 11. Estado Nutricional de adultos segundo indicador (IMC) de Iguatu – CE.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

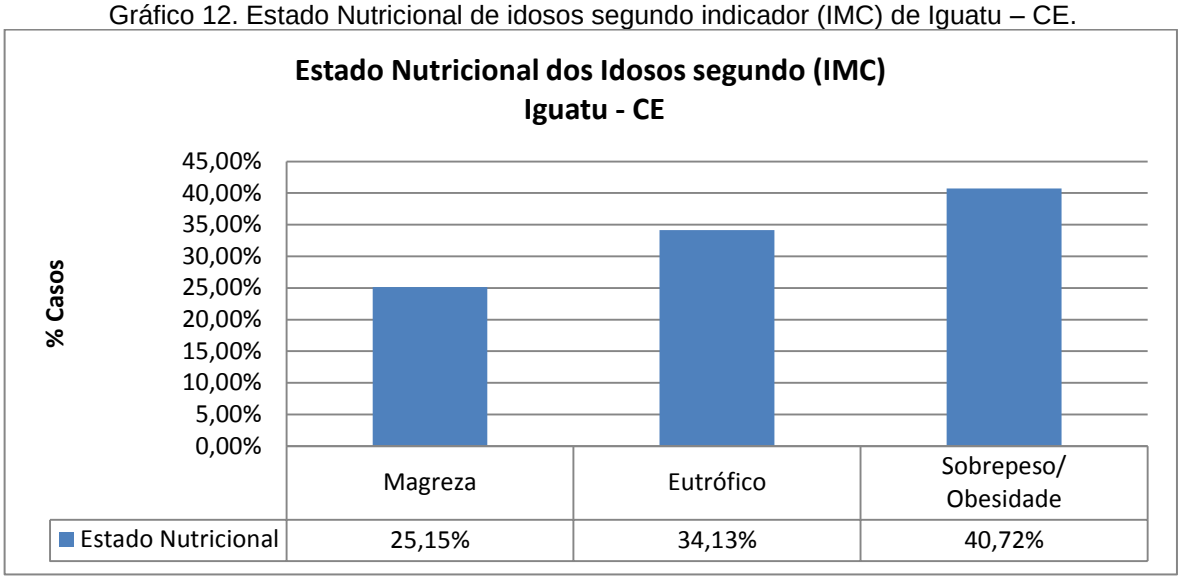
Com relação ao Índice de Massa Corporal (IMC) dos adultos: 4,02% dos indivíduos apresentaram magreza; eutrófico, 41,18%; com sobrepeso/obesidade, 54,80%. Estes dados devem ser considerados como uma alerta, pois demonstra que metade da população adulta de Iguatu encontra-se na faixa de Sobrepeso ou obesidade, um fator que influencia em outros problemas de saúde. Portanto, políticas de controle de peso e incentivo a alimentação adequada e saudável, assim como a prática de exercício física, deve ser incentivada, com foco na qualidade de vida e prevenção de agravos à saúde. Os dados do município corroboram com os dados do País, seguindo a tendência de metade da população adulta com sobrepeso ou obesidade. Segundo levantamento do Ministério da Saúde revela que 51% da população brasileira está acima do peso.

No Brasil, o percentual de pessoas com excesso de peso superou, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira. A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel 2012), do Ministério da Saúde, mostra que 51% da população acima de 18 anos está acima do peso ideal. Em 2006, o índice era de 43%.

O aumento atinge tanto a população masculina quanto a feminina. Entre os homens, o excesso de peso atinge 54% e entre as mulheres, 48%.O estudo inédito também revela que a obesidade cresceu no País, atingindo o percentual de 17% da população. Em 2006, quando os dados começaram a ser coletados pelo Ministério, o índice era de 11%.

Na primeira edição da pesquisa, 11% dos homens e 11% das mulheres estavam obesos. Atualmente, 18% das mulheres estão obesas. Entre os homens, a obesidade é de 16%. Os dados retratam os hábitos da população e é um importante instrumento para desenvolver políticas públicas de saúde e estimular os hábitos saudáveis. Nesta edição, foram entrevistados 45,4 mil pessoas em todas as capitais e no Distrito Federal, entre julho de 2012 a fevereiro de 2013.

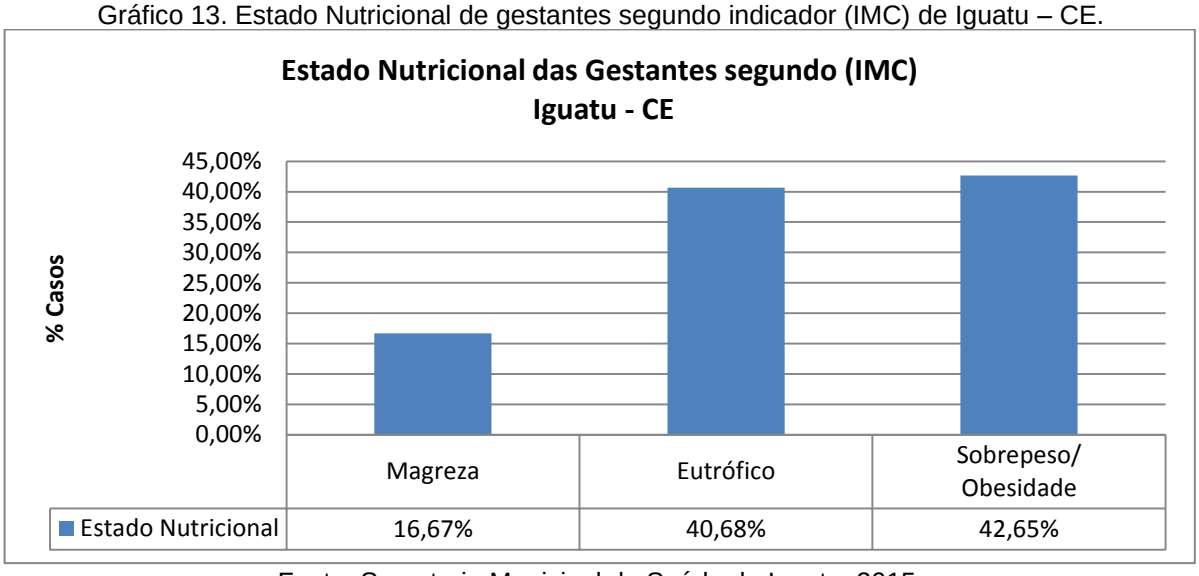
Gráfico 12. Estado Nutricional de idosos segundo indicador (IMC) de Iguatu – CE.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

Na população acima de 60 (sessenta) anos o IMC apresentou-se do seguinte modo: 25,15% com magreza; 34,13% eutróficos e 40,72% com sobrepeso/obesidade. Observa-se um elevado número de idosos em desnutrição, uma característica fisiológica tendenciosa nesta fase da vida, devido a perda de massa muscular. No entanto, medidas de prevenção devem ser planejadas, pois outras condições associadas, como a baixa imunidade, desidratação, anemias e proteinúria, que podem ocorrer diante deste quadro.

Gráfico 13. Estado Nutricional de gestantes segundo indicador (IMC) de Iguatu – CE.



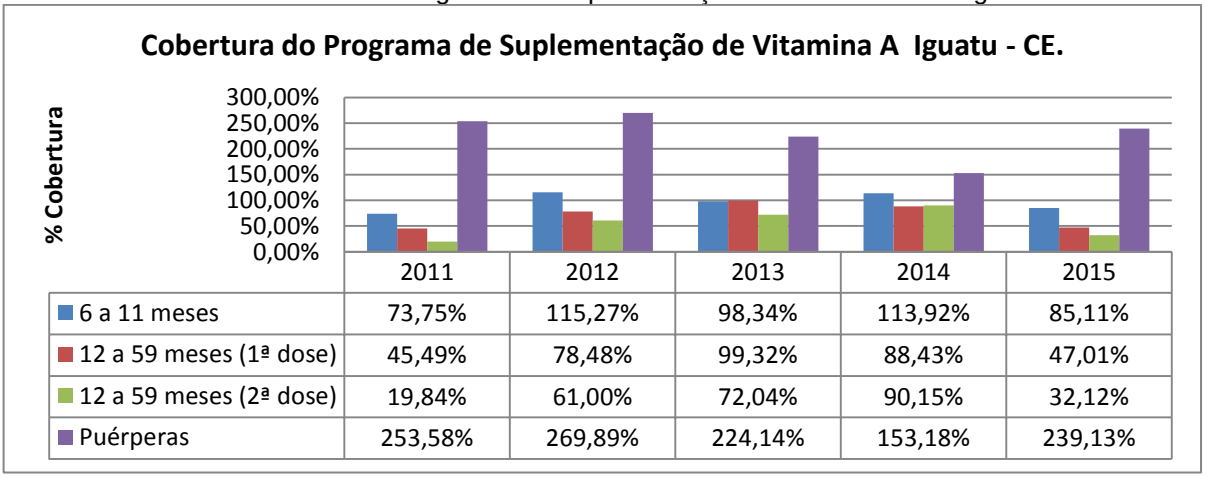
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu, 2015.

Nas gestantes o IMC, atribuído por semana gestacional, mostrou que 16,67% apresentavam magreza; 40,68% estavam eutróficas; 42,65% com sobrepeso/obesidade. Também se observa um elevado número de gestantes com peso elevado, o que influencia no surgimento de agravos como aumento da pressão arterial sistêmica, diabetes gestacional e consequentemente crianças com tendência ao desenvolvimento de obesidade logo na primeira infância.

É importante destacar que os dados apresentados acima sobre o diagnóstico nutricional das crianças menores de cinco anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes são dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e beneficiários, em sua quase totalidade, do Programa Bolsa Família.

O município de Iguatu também é responsável por implementar os programas de suplementação de megadose de vitamina A e o programa de suplementação de ferro. O público-alvo para suplementação da vitamina A são: crianças de seis meses a cinco anos e puérperas no pós-parto imediato.

Gráfico 14. Cobertura do Programa de Suplementação de Vitamina A em Iguatu – CE.



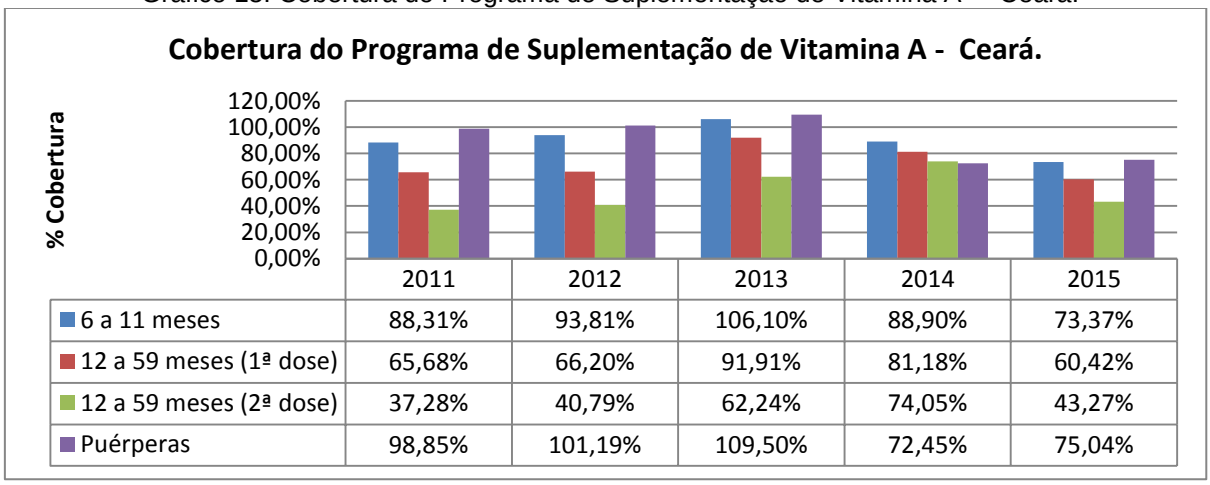
	2011	2012	2013	2014	2015
6 a 11 meses	73,75%	115,27%	98,34%	113,92%	85,11%
12 a 59 meses (1ª dose)	45,49%	78,48%	99,32%	88,43%	47,01%
12 a 59 meses (2ª dose)	19,84%	61,00%	72,04%	90,15%	32,12%
Puérperas	253,58%	269,89%	224,14%	153,18%	239,13%

Fonte: DAB. Sistemas de Saúde. Vitamina A. Relatório público.

A cobertura média nos anos de (2011 a 2015) foi de 97,28% para crianças de 6 meses a 11 meses que receberam megadose desse suplemento; 71,75% para as crianças de 12 a 59 meses que receberam a 1ª dose; 55,03% para crianças de 12 a 59 meses que receberam a 2ª dose; e para puérperas, 227,98%.

Ao comparar os dados do município com o do Estado (Gráfico 15), observa-se o município de Iguatu destaca-se por ter uma cobertura maior. No Ceará, crianças de seis meses a cinco anos e puérperas no pós-parto imediato. A cobertura média nos anos de (2011 a 2015) foi de 90,10% para crianças de 6 meses a 11 meses que receberam megadose desse suplemento; 73,08% para as crianças de 12 a 59 meses que receberam a 1ª dose; 51,53% para crianças de 12 a 59 meses que receberam a 2ª dose; e para puérperas, 91,41%.

Gráfico 15. Cobertura do Programa de Suplementação de Vitamina A – Ceará.

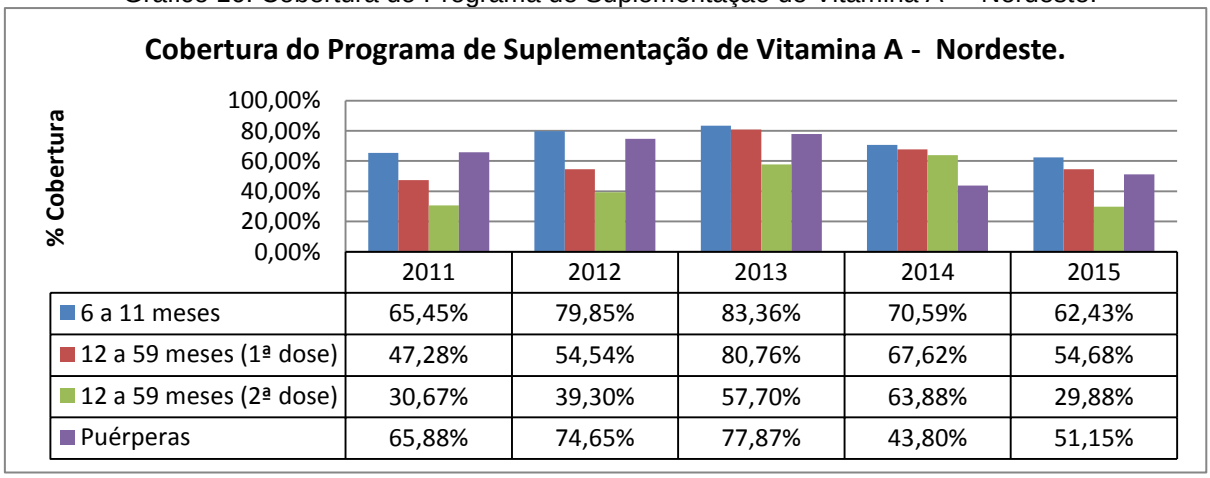


	2011	2012	2013	2014	2015
6 a 11 meses	88,31%	93,81%	106,10%	88,90%	73,37%
12 a 59 meses (1ª dose)	65,68%	66,20%	91,91%	81,18%	60,42%
12 a 59 meses (2ª dose)	37,28%	40,79%	62,24%	74,05%	43,27%
Puérperas	98,85%	101,19%	109,50%	72,45%	75,04%

Fonte: DAB. Sistemas de Saúde. Vitamina A. Relatório público.

Ao comparar os dados do município com o Nordeste (Gráfico 16), ainda observa-se o município de Iguatu se destacar ter uma cobertura maior. Na região Nordeste, crianças de seis meses a cinco anos e puérperas no pós-parto imediato. A cobertura média nos anos de (2011 a 2015) foi de 72,34% para crianças de 6 meses a 11 meses que receberam megadose desse suplemento; 60,98% para as crianças de 12 a 59 meses que receberam a 1ª dose; 44,29% para crianças de 12 a 59 meses que receberam a 2ª dose; e para puérperas, 62,67%.

Gráfico 16. Cobertura do Programa de Suplementação de Vitamina A – Nordeste.

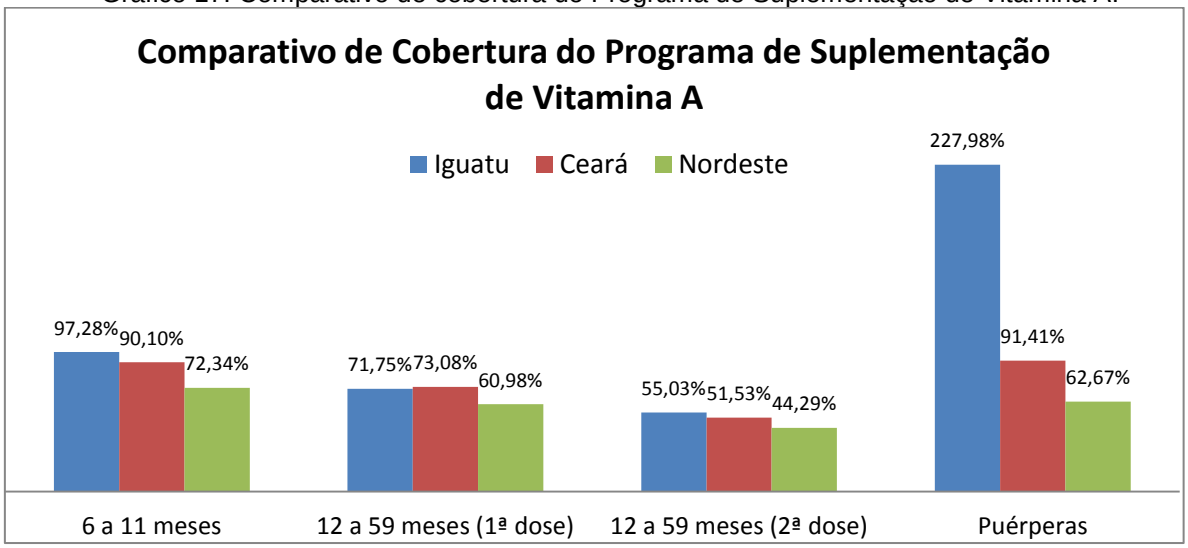


	2011	2012	2013	2014	2015
6 a 11 meses	65,45%	79,85%	83,36%	70,59%	62,43%
12 a 59 meses (1ª dose)	47,28%	54,54%	80,76%	67,62%	54,68%
12 a 59 meses (2ª dose)	30,67%	39,30%	57,70%	63,88%	29,88%
Puérperas	65,88%	74,65%	77,87%	43,80%	51,15%

Fonte: DAB. Sistemas de Saúde. Vitamina A. Relatório público.

Analisando o gráfico 17 que demonstra o consolidado de comparativo da cobertura de suplementação de vitamina A entre o Município, o Estado e a Região, vale destacar que a cobertura de Puérperas encontra-se superestimada, este fato pode ser atribuído pelo Município ser referência na área Hospitalar e Maternidade, pois recebe gestantes de outros municípios da região Centro-sul, para realização de partos. Logo, atendendo ao Programa, o município dispõe ainda no âmbito hospitalar a dose destinada à puérpera.

Gráfico 17. Comparativo de cobertura do Programa de Suplementação de Vitamina A.



Fonte: DAB. Sistemas de Saúde. Vitamina A. Relatório público.

Com relação ao acompanhamento e incentivo ao Aleitamento Materno exclusivo, se constatou que o percentual de crianças de 0 a 3 meses e 29 dias, em aleitamento materno exclusivo no ano de 2014 foi de 70,67% e aleitamento misto 27,94%. O Programa de incentivo ao aleitamento materno segue a proposta do Alimenta e Amamenta Brasil, através acompanhamento mensal de consultas do pré natal, puericultura e educação em saúde nos grupos de gestantes e nutrizes.

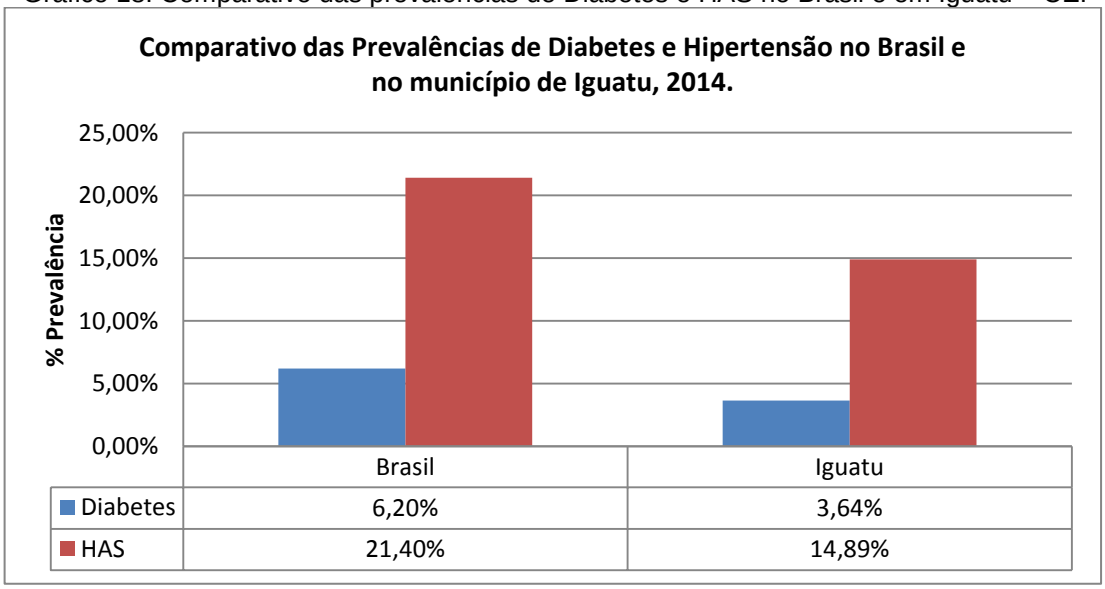
O acompanhamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) relacionadas à alimentação, como Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes (em especial a tipo 2), é uma forte estratégia no município de Iguatu. Segunda dados do DATASUS, em 2014 o número de casos de Hipertensão Arterial Sistêmica eram 10.599 cadastrados, com uma cobertura de acompanhamento de 93,49% e uma prevalência de 14,89%. Já com relação aos casos de Diabéticos, existiam 2.593 cadastrados, tendo uma cobertura de acompanhamento de 93,71% e uma prevalência de 3,64%.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), levantamento realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada entre agosto de 2013 a fevereiro de 2014, revela que as DCNT são responsáveis por mais de 72% das causas de mortes no Brasil. A hipertensão arterial, o diabetes, a doença crônica de coluna, o colesterol (principal fator de risco para as doenças cardiovasculares) e a depressão são as que apresentam maior prevalência no país nesta ordem.

A Hipertensão e o Diabetes são considerados doenças crônicas de grande magnitude, sendo também as mais graves. Ambas foram alvo de profunda investigação, revelando que a hipertensão atinge 31,3 milhões de pessoas acima de 18 anos, o que corresponde a 21,4% da população. Já o diabetes, transtorno metabólico causado pela elevação da glicose no sangue, atinge 9 milhões de brasileiros – o que corresponde a 6,2% da população adulta.

Ao comprar dados do Município com dados do Brasil, observa-se seguir uma tendência populacional, no entanto, Iguatu encontra-se abaixo da tendência nacional, sendo considerado um aspecto positivo, porém uma alerta para o não aumento destas prevalências nos anos seguintes.

Gráfico 18. Comparativo das prevalências de Diabetes e HAS no Brasil e em Iguatu – CE.



Fonte: Dados do Brasil - Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 2014.
Dados de Iguatu - Sistema de Informação de Atenção Básica, 2014.

A existência dessas doenças está associada a fatores de risco como tabagismo, consumo abusivo de álcool, excesso de peso, níveis elevados de colesterol, baixo consumo de frutas e verduras e sedentarismo.

O estudo classificou ainda a presença das doenças crônicas por região, mostrando que o Nordeste é a quarta região que obtiveram os índices com 36,3% dos habitantes – sendo 14 milhões de nordestinos. Em todas as regiões as mulheres tiveram maior prevalência quando comparadas aos homens. Isso ocorre pelo fato delas procurarem atendimento em saúde de forma espontânea com mais frequência do que os homens, facilitando assim o diagnóstico de alguma possível doença crônica.

Apesar de a obesidade estar relacionada a fatores genéticos, há importante influência significativa do sedentarismo e de padrões alimentares inadequados no aumento dos índices brasileiros. Forte aliado na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, o consumo de frutas e hortaliças está sendo deixado de lado por uma boa parte dos brasileiros.

Apenas 22,7% da população ingerem a porção diária recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de cinco ou mais porções ao dia. Outro indicador que preocupa é o consumo excessivo de gordura saturada: 31,5% da população não dispensam a carne gordurosa e mais da metade (53,8%) consome leite integral regularmente. Os refrigerantes também têm consumidores fieis - 26% dos brasileiros tomam esse tipo de bebida ao menos cinco vezes por semana.

O Vigitel 2012 mostra ainda que o envelhecimento da população reflete positivamente na alimentação do brasileiro. Se entre os 18 e 24 anos mais da metade dos homens brasileiros come carne com gordura regularmente (48%), este índice cai para 27% entre aqueles que já passaram dos 65 anos. O fenômeno se repete com o consumo de refrigerante. Entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos, 36 % declararam tomar regularmente a bebida. Aos 65 anos, o percentual cai para menos de um terço, ficando em 12%.

Em contrapartida, há aumento de consumo de frutas e hortaliças nas faixas etárias superiores. Entre os 18 e 24 anos, 17% comem cinco porções/dia e 24% cinco porções semanais. Aos 65 anos, os percentuais aumentam para 28% e 46%, respectivamente.

Neste sentindo as políticas de saúde relacionadas a alimentação e nutrição, tem se voltado ao combate a obesidade, uma vez que a mesma está associada ao sedentarismo e má alimentação, configurando-se como fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas.

Em março de 2014, o Ministério da Saúde criou a Linha de Cuidados da Atenção Básica para excesso de peso e outros fatores de risco associados ao sobrepeso e à obesidade até o atendimento em serviços especializados. A Atenção Básica proporciona diferentes tipos de tratamentos e acompanhamentos ao usuário, o que inclui também atendimento psicológico.

A pessoa com sobrepeso (IMC igual ou superior a 25) poderá ser encaminhada a um polo da Academia da Saúde para realização de atividades físicas e a um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) para receber orientações para uma alimentação saudável e balanceada. Atualmente, 77% dos 2.040 NASFs contam com nutricionistas; 88,6% com psicólogos e 50,4% com professores de educação física. A evolução do tratamento deve ser acompanhada por uma das 39,2 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS), presentes em todos os municípios brasileiros.

O Ministério da Saúde investe também em ações preventivas para evitar a obesidade em crianças e adolescentes, como o Programa Saúde na Escola (PSE), que este ano está aberto aos municípios e passa a atender creches e pré-escolas. São mais de 50 mil escolas que participam do programa.

V Educação

A educação no Município de Iguatu é orientada pelo princípio da qualidade para todos, com a análise das necessidades e também da avaliação dos avanços já realizados. Neste contexto, as ações educacionais promovidas pelo município apresentam como foco a promoção e a evolução constante dos padrões de ensino, de modo a desenvolver as competências necessárias para a cidadania, participação efetiva no mundo do trabalho e o usufruto dos bens culturais disponíveis.

Desta forma, a gestão da educação em Iguatu, está voltada para o enfrentamento dos desafios do momento vivido pela sociedade atual e com a visão de longo prazo, mediante a percepção das possibilidades e necessidades futuras.

A educação tem forte relação com os fatores determinantes da SAN e da INSAN. Por isso, não se pode pensar em situação de SAN sem levar em conta a educação, uma vez que essas situações estão ligadas à produção, distribuição, aquisição e manipulação de alimentos, bem como pelo grau educacional da população e à informação que a mesma detém sobre o tema.

Conforme dados do Censo demográfico IBGE de 2010, em Indicadores Sociais Municipais, em relação a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Iguatu apresentou uma pequena queda de 30,8%, em 2000, para 23,2% em 2010*,* mostrando-se um resultado positivo no indicador de proporção de pessoas alfabetizadas.

Atualmente, o município conta com 50 escolas municipais, sendo 10 de ensino infantil. Ainda do ensino infantil, mais duas escolas serão inauguradas em 2016 (CEI João Paulo II - DR. José Mendonça Neto e a CEI Novo Iguatu - Ennya Keyse Araújo Lima). A alimentação escolar em Iguatu faz parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE o qual tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional*.*

O monitoramento nutricional dos escolares parte de um dos eixos prioritários de Promoção da Alimentação Saudável, prevista na Portaria Interministerial nº 1010, de 8 de maio de 2006, que visa, além de monitoramento e ações de educação alimentar e nutricional, estímulo à produção de hortas escolares, implantação de boas práticas de manipulação de alimentos e restrição ao comércio e promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal, assim como incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras.

A Secretaria Municipal de Educação realiza o monitoramento nutricional, com a realização de avaliação uma vez ao ano, dos alunos matriculados na Rede Pública de Escolas Municipais. O objetivo do monitoramento nutricional é obter informações sobre o estado de saúde, incidência de situações especiais para subsidiar o planejamento e execução de ações de educação alimentar e nutricional para promoção da alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis como por exemplo: obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras.

Figuras 6 e 7. Premiação Gestor Eficiente da Merenda Escolar.

Fonte: Prefeitura Municipal de Iguatu.

Em 2013, a Prefeitura de Iguatu foi contemplada com o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 10ª Edição, o qual busca dar visibilidade às prefeituras que realizam uma gestão criativa, inovadora e, sobretudo, eficiente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Iguatu foi um dos 26 municípios comtemplados, diante do universo de 887 prefeituras avaliadas de todo o Brasil que inscreveram-se no Prêmio.

Iguatu havia sido selecionado como um dos 54 finalistas da competição, e chegou à etapa final, após passar por uma vistoria de técnicos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), que visitaram escolas e acompanharam de perto a execução do Programa de Merenda Escolar, no final do mês de agosto de 2013.

Nos últimos dez anos, a Prefeitura de Iguatu aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos por meio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Produtos da agricultura familiar são adquiridos e doados para as escolas, creches e outras unidades de ensino e assistência social. Cereais, frutas, bolos, iogurtes, leite, carne, dentre outros produtos integram o cardápio da merenda escolar no município.

VI Programas e ações relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional

O Município de Iguatu em parceria com o Governo Federal e Governo Estadual apresenta um número considerável de programas e ações relacionados a SAN, quais sejam:

- Programa Cisternas
- Fomento às Atividades Produtivas Rurais
- Projetos de apoio à estruturação da produção familiar
- Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
- Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos
- Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional
- Educação Alimentar e Nutricional

Esses programas e ações são articulados com outras políticas públicas, a exemplo, da Estratégia de Saúde da Família (ESF), Programa Bolsa Família (PBF), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros. Estas iniciativas relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional vêm sendo ampliadas conforme o crescimento do debate sobre a temática. Alguns desses Programas e ações serão destacados e deverão compor a pauta do Primeiro Plano Municipal de SAN de Iguatu, considerando os temas definidos no Decreto nº 7.272/2010, que regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fortalecimento da Agricultura Familiar e Mecanismos da Garantia de Preços Mínimos

A Secretaria de Agricultura e Pecuária de Iguatu desenvolve uma série de ações e projetos em parceria com outros órgãos governamentais e não governamentais voltados aos dois eixos temáticos: fortalecimento da agricultura familiar e garantia de preços mínimos. Busca ainda promover o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Programa Força do Campo

A Secretaria de Agricultura e Pecuária vem realizando trabalhos relacionados ao Programa Força do Campo, o qual tem como objetivo fortalecer o homem do campo com assistência técnica e equipamentos. Os técnicos realizam visitas aos agricultores, onde auxiliam o trabalho do preparo de terras para os produtores rurais, com apoio de tratores subsidiados pela Prefeitura Municipal. Atualmente, o programa dispõe de 11 tratores, atendendo a 40 comunidades, atingindo diretamente a 315 beneficiários, com uma cobertura de 491,93 hectares cultivados.

Figuras 8 e 9. Programa Força do Campo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Iguatu.

Hora de Plantar

O Programa Hora de Plantar consiste em uma das medidas frente às crises alimentares. O mesmo foi criado pelo o Governo do Estado para atender com sementes e mudas de elevado potencial genético os agricultores de base familiar nos municípios. O projeto tem contribuído para o aumento da produção e

produtividade e para a melhoria das condições de vida do homem do campo, proporcionando aumento de renda e segurança alimentar.

Classificação de Produtos Vegetais

O Serviço de Classificação Vegetal do Ceará - CLAVECE/SDA - tem por missão fornecer serviços de análises físicas e físico-químicas para determinar a qualidade dos produtos vegetais padronizados, com credibilidade e imparcialidade, buscando a melhoria contínua para atender de forma eficiente as necessidades dos clientes, em cumprimento à Lei Federal Nº. 9972/00, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico e dá outras providências, e legislação complementar do Ministério da Agricultura, atendendo a agricultores familiares, importadores, exportadores e empacotadores.

Cultivo de Plantas Medicinais

O projeto tem como finalidade promover ações de conscientização e preservação das espécies nativas com valor medicinal, evitando extrativismo predatório e incentivando seu cultivo; fornecer às comunidades a oportunidade de aprender a cultivar, manipular e utilizar plantas medicinais e sensibilizar agricultores para o uso de recursos terapêuticos com vistas ao uso correto.

Esta ação se desenvolve no município de Iguatu, através da parceria entre Secretarias Municipais de Agricultura e Pecuária e Saúde. As espécies de plantas cultivadas para esta finalidade são babosa, capim santo, erva cidreira, mastruz, colônia, malva corama, malva do reino, alecrim pimenta, boldo do chile, hortelã rasteira e hortelã pimenta.

Nos anos anteriores, a Secretaria de Saúde, apoiou a produção de xaropes ou quais eram entregues à comunidade, com finalidade terapêutica alternativa. Atualmente, se mantém a entrega de mudas.

Figuras 10 e 11. Cultivo de plantas medicinais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Iguatu.

Garantia Safra

O programa atende agricultores familiares que produzem arroz, feijão e milho no semiárido brasileiro, assegurando renda de até 1,5 salário mínimo por mês, renda de 640 reais pagos em quatro parcelas, em caso de secas ou enchentes que causem a perda de pelo menos 50% da produção do município.

É um seguro que prevê a busca pela melhoria das condições de convivência dos agricultores com o semiárido. Cobre a perda por excesso de chuvas ou período

de seca. No ano de 2014 o município de Iguatu realizou 4.577 cadastros para funcionalidade em 2015. No entanto, os cadastros realizados em 2015 para funcionalidade em 2016 regrediram para 2.512 agricultores, essa regressão nos números de associados se deve às novas normas estabelecidas em 2014.

Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF

Possibilita o acesso à terra a trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados, diaristas, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc), por meio de financiamentos voltados à aquisição de terras e para investimentos em infraestrutura, sendo concebido como instrumento complementar e de apoio à reforma agrária. É uma contribuição para a implementação de um padrão de desenvolvimento centrado na inclusão social e na justiça social, na equidade, na reativação das economias locais e na gestão sustentável dos recursos naturais, apoiando o processo de desenvolvimento dos territórios rurais. Atualmente, existem alguns sendo elaborados e encaminhados pela EMATERCE.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

O objetivo do Programa é disponibilizar crédito, com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, para custeio de safra, atividade agroindustrial, investimento em máquinas, equipamentos e/ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários. Possui ainda as seguintes linhas de crédito: Pronaf Agroindústria, Pronaf Eco, Pronaf Floresta, Pronaf Semiárido, Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Cota-Parte, Microcrédito Rural e Pronaf Mais Alimentos. O PRONAF financia também projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Aquisição de alimentos da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais

Várias iniciativas vêm sendo implementadas no intuito de fortalecer a aquisição de alimentos em articulação com o fomento da produção familiar, registrando-se principalmente o incremento do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e suas várias modalidades; inclusive o PAA Leite.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

O programa propõe o fortalecimento da agricultura familiar por meio da geração de renda no campo e aquisição da produção dos agricultores familiares cearenses, na garantia do direito humano à alimentação por meio da doação dos produtos adquiridos para entidades socioassistenciais.

O Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF, com doação simultânea, é um projeto realizado em parceria com o Governo Federal. Visa desenvolver a agricultura familiar no Iguatu, através da compra da produção, financiada pelo PRONAF. Todos os produtos adquiridos são doados para entidades socioassistenciais locais cadastradas.

Os beneficiários são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, vulnerabilidade social, que participam das ações desenvolvidas pelas

entidades. E agricultores familiares que apresentam a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

No município de Iguatu o PAA acontece desde o ano de 2009 através da Secretaria de Agricultura e Pecuária em parceria com o Governo Federal. As atribuições do município concentram-se no cadastro e acompanhamento dos agricultores, orientando-os posteriormente sobre pedidos e pagamentos a serem executados automaticamente junto ao MDS. Ainda é responsabilidade a emissão de notas pelo município. Atualmente constam cadastradas 150 agricultores da agricultura familiar com o fornecimento dos seguintes produtos: abóbora caboclo, alface, arroz tipo 2, banana pacovan, batata doce, bolos diversos, carne bovina, carne de ovino, carne de suíno, cheiro verde, feijão verde, feijão de corda, galinha caipira, goiaba, macaxeira, mamão formosa, manga jasmim, melancia, milho verde, pimentão, polpa de fruta e tomate.

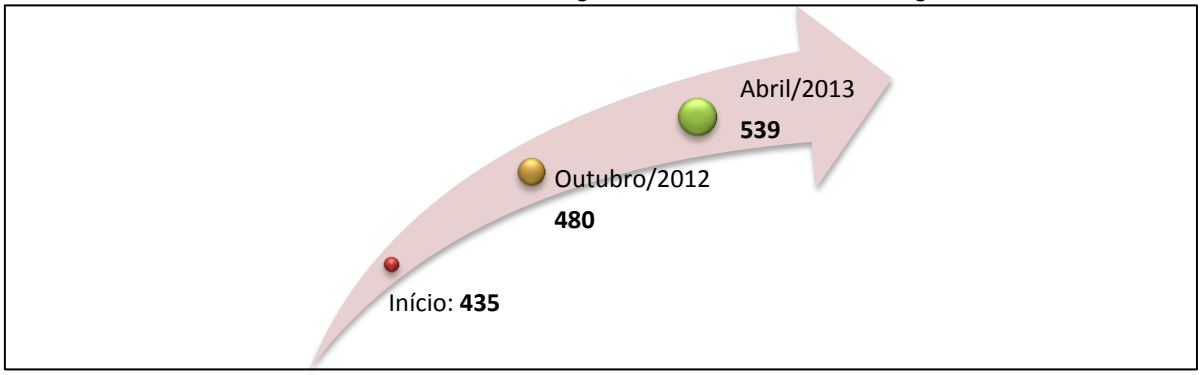
Programa Leite Fome Zero

O programa tem como principais objetivos: fortalecer o setor produtivo (bovinocultura e caprinocultura leiteira) pela aquisição de leite, com garantia de preço durante todo o ano; inserir o pequeno agricultor familiar produtor no mercado formal; atender diariamente crianças de 2 a 7 anos, gestantes, nutrizes e idosos, desde que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional e vulnerabilidade social. O pré-requisitos são: ter renda per capta de até meio salário mínimo; que estejam cadastrados no Cad Único; apresentem estado de insegurança alimentar e nutricional; e seja devidamente aprovado pelo CONSEA Municipal.

No município o PAA Leite funciona em parceria com o Governo do Estado, onde consiste na aquisição e distribuição diária de 700 litros de leite/dia. O Programa Leite Fome Zero foi lançado no dia 26 de Dezembro de 2011 na Secretaria de Assistência Social com a presença da Coordenação Estadual e beneficiários. Os principais objetivos do programa consistem em: Contribuir para o combate a fome e à desnutrição; Distribuir leite diário e gratuitamente para a população vulnerável; Incentivar a vacinação infantil; Contribuir para a diminuição da mortalidade infantil e da desigualdade social.

No início o programa atendeu 435 pessoas, aumentando progressivamente sua cobertura para 480 pessoas em 2012 e 539 pessoas em 2013. Concomitantemente, outra ação desenvolvida pelo Programa é a implantação de 48 (quarenta e oito) Centros Comunitários de Produção de Leite, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, beneficiando aproximadamente 960 produtores familiares.

Gráfico 19. Cobertura do Programa Leite Fome Zero em Iguatu.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social. Segurança Alimentar e Nutricional, 2014.

Reforma agrária e regularização fundiária

Apoio a Assentamentos

O Município trabalha no apoio a assentamentos e atualmente possui seis áreas de assentamento (Japão, Regalo, Barra, Serrote, Mirassul e Aracajú). Os quatro primeiros são projetos reembolsáveis pelo agricultor e foram acompanhados pela Ematerce; os dois últimos pelo projeto da ONG Flor do Piqui. Destaca-se o assentamento Regalo pelo exemplo de assiduidade no pagamento das parcelas e qualidade de vida da independência financeira.

Regularização Fundiária

O município de Iguatu em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e o Instituto do Desenvolvimento Agrário (Idace), dentro do Programa de Regularização Fundiária do Estado do Ceará, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Secretaria de Reordenamento Agrário tem executado a regularização fundiário com o cadastro e georreferenciamento das propriedades rurais.

Em Iguatu foram contemplados aproximadamente 650 proprietários com a entrega dos títulos de propriedade de imóvel rural. Atualmente, há uma demanda de 69 propriedades para obtenção de títulos.

O título da terra propicia ao agricultor familiar um melhor acesso ao crédito rural por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e assim receber a assistência técnica para desenvolver um projeto produtivo para garantir renda para a família.

Pesca e aquicultura

Um dos principais desafios da Pesca e Aquicultura para os próximos quatro anos será o de promover o aumento da produção da pesca e aquicultura no Município de Iguatu, de forma sustentável. A mesma é praticada nos açudes Orós e Trussu e tem sua principal produção focada na espécie de Tilápia, um peixe de água doce, carne leve e saborosa. Dados do IBGE em 2013 e 2014 demonstram um aumento na produção entre estes dois anos passando de 55 mil quilos para 75.000 quilos, rendendo economicamente 488 mil reais na localidade no último ano.

A gestão deste setor precisa ser fortalecida no município e a prática precisa ser estimulada, tanto a prática de produção como a de consumo. A ação governamental do setor responsável deverá focar na elaboraçãode políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e aquicultura no Município, propondo os seguintes objetivos:

1. Expandir e melhorara infraestrutura de apoio à pesca e aquicultura no Município;
2. Promover o ordenamento da atividade de pesca e da aquicultura no âmbito municipal;
3. Ampliar o serviço de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - ATEPA, para atender a demanda crescente;
4.Realizar a divulgação e incentivo ao consumo de pescado e seus derivados;

5. Promover ações de valorização do pescador e aquicultor, visando uma melhoria na comunicação, integração social, autoestima e qualidade de vida.

Conservação, manejo e uso da agrobiodiversidade

Gerenciamento de resíduos sólidos urbanos e saneamento ambiental

Segundo dados do Sistema de Informação da Atenção básica (SIAB), em 2015 a maneira como a população destina seu lixo ainda é um desafio, pois 78,7% é realizado pela coleta pública, 11,45% queimado/enterrado e 9,85% deixa a céu aberto. Com relação ao saneamento sobre o destino das fezes e urinas, 9,84% é destinado ao sistema de esgoto, 82,96% a fossas e 8,10 a céu aberto.

O município de Iguatu enfrenta uma crise neste aspecto, visto que busca neste momento novas medidas para melhorar sua gestão dos resíduos sólidos no que se refere ao "lixão". Instalado em 1989, o lixão de Iguatu está saturado, com a presença de detritos que já ocupam a Rodovia CE-282, no bairro Chapadinha, localizado a 5 km do centro urbano. Além da contaminação do lençol freático, existe outro grave problema da poluição do ar provocada pela queima do lixo. A Prefeitura preocupada com a situação irregular do destino de seus resíduos sólidos urbano tem promovido ações no sentido de promover uma política adequada de tratamento e destino final do lixo em conformidade com a Lei Nº 13, de 24 de Janeiro de 2001, que dispõe sobre a política Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará. Uma dessas ações refere-se a desativação do "lixão", tão nocivo e com efeitos deletérios a população iguatuense e ao meio ambiente, com a implantação de um aterro sanitário, na localidade denominada de Sítio Julião.

A Prefeitura Municipal de Iguatu através da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano elaborou o Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos em 2008 com o objetivo de estabelecer a abrangências, os procedimentos normativos a serem implantados no município quanto a coleta e destinação final do lixo domiciliar, comercial e de saúde segundo o que determina a legislação ambiental brasileira. O plano esta em processo de revisão e atualização por uma equipe multidisciplinar.

Em outubro de 2015, foi realizada uma audiência pública com a temática 'O lixão – problema e solução'. O evento foi uma iniciativa do Ministério Público do Estado (MPCE), no qual a administração municipal esteve presente firmando o compromisso em adotar medidas, como a desapropriação de uma área para o depósito de podas e a incineração do lixo hospitalar e de clínicas. Outro encaminhamento foi a formação de uma comissão com representantes de diversas entidades para acompanhar o problema.

Em 2014, Iguatu participou do encontro promovido pelo Governo do Estado, por meio do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (Conpam), o I Encontro de Gestores Municipais. Na pauta do encontro foram discutidos alguns dos principais temas ambientais do Ceará em 2014, como a validação do Panorama Estadual de Resíduos Sólidos, Metodologia do Programa Selo Município Verde e critérios para o Índice de Qualidade do Meio Ambiente. No que se refere ao plano de gestão integrada dos resíduos sólidos, o Conselho de Políticas Ambientais - CONPAM está contratando uma empresa de consultoria para a elaboração de um plano regionalizado de resíduos sólidos que atenderá as exigências da Lei 12.305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, realiza ações de parceria com empresas em benefício à Natureza, entre as empresas e instituições que receberam certificação, pode-se destacar: DAKOTA, IBAMA, SAAE, TUBFORM, Centro Semiliberdade, Superlagoa, SESC, COGERH e APAE.

Outra estratégia através da Prefeitura de Iguatu foi buscar parceria com a empresa Reciclanip, que fecharam um acordo de cooperação técnica estabelecendo uma colaboração mútua para destinação de pneus inservíveis recolhidos na cidade, visando evitar o descarte deste material poluente diretamente no meio ambiente, obedecendo ao que determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Conpam divulgou em 2014, a relação dos municípios que receberam a certificação do ano 2014 como Município Verde. Dos 110 municípios inscritos, 77 apresentaram a documentação necessária. Após os procedimentos de análise documental, visitas técnicas e análise de recursos, apenas nove foram aprovados.

O município de Iguatu, pela quinta vez, foi agraciado com o Selo Verde edição 2014 – após ser submetido a avaliações em relação às questões de incentivo para as políticas ambientais relativas aos resíduos sólidos, criando canais para a efetiva participação da sociedade nas definições das prioridades, além da criação e funcionamento do Comdema (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).

Coleta de embalagens de agrotóxicos

A ação consiste no recebimento temporário de embalagens vazias em locais próximos às propriedades rurais como forma de promover a devolução destes resíduos pós-consumo ao Sistema Campo Limpo (logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos).

O recebimento viabiliza a devolução de embalagens, para que sejam levados para a central de recebimento e posteriormente, seja encaminhado para a destinação final, reciclagem ou incineração, pelo Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV) – instituto que representa a indústria fabricante de defensivos agrícolas para a destinação das embalagens vazias de seus produtos.

A ação tem o apoio da Adagri e prefeituras municipais. Em Iguatu, no período de Janeiro a Setembro de 2015, o Núcleo Local de Iguatu, fiscalizou 55 (cinquenta e cinco) propriedades rurais que fazem uso de agrotóxicos. Para cada uma, emitiu um Termo de Fiscalização. Dessas, 14 (quatorze) foram autuadas por motivos diversos, como por exemplo: armazenamento inadequado (junto com ração, sementes, combustíveis, etc.), reutilização de embalagens vazias para o acondicionamento de grãos e até água, descarte das embalagens a céu aberto, contaminando o meio ambiente, não fornecimento pelo produtor de equipamentos de proteção individual aos aplicadores, produtos fora do prazo de validade, ausência de nota fiscal e/ou receituário agronômico, uso de produtos não registrados no MAPA para determinadas culturas, dentre outros.

Transferência de Renda

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família – PBF - é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria -BSM que tem como foco

16 milhões de brasileiros com renda mensal familiar per capita inferior a R$ 70,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Em 2014, segundo dados do Cadastro Único, haviam 19.402 famílias inscritas das quais (9.584 com renda per capita familiar de até R$ 77,00; e 3.653 com renda per capita familiar entre R$ 77,00 e R$ 154,00). Estes números representam as famílias em condição de extrema pobreza e pobreza, respectivamente. Traduzindo estes números em pessoas é possível analisar a representatividade diante da população total do município (96.495) em 2010 segundo Censo IBGE. As pessoas cadastradas em famílias de extrema pobreza eram 29.986, o que correspondia a 31,06% da população; e as pessoas cadastradas em famílias de pobreza eram 12.484, o que correspondia a 12,93% da população.

Em 2015, segundo dados do Cadastro Único, haviam 19.284 famílias inscritas das quais (8.845 com renda per capita familiar de até R$ 77,00; e 3.377 com renda per capita familiar entre R$ 77,00 e R$ 154,00). Analisando igualmente em relação à população total, as pessoas cadastradas em famílias de extrema pobreza eram 27.765, o que correspondeu a 28,77% da população; e as pessoas cadastradas nas famílias em pobreza eram 11.373, o que correspondia a 11,78% da população.

A análise comparativa nos dois últimos anos demonstra uma queda no número de famílias em situação de extrema pobreza e pobreza. Este aspecto converge positivamente para melhor condição de vida das pessoas e superação deste quadro (Tabela 3).

Tabela 3. Dados comparativos do Cadúnico nos anos de 2014 e 2015, em relação á população em extrema pobre e pobreza em Iguatu – CE.

	2014	**2015**
Famílias inscritas no CadÚnico	19.402	19.284
Renda per capita familiar de até R$ 77,00 - **Extrema pobreza**	9.584	8.845
Renda per capita familiar entre R$ 77,00 e R$ 154,00 - **Pobreza**	3.653	3.377
Nº de pessoas em **extrema pobreza**	29.986	27.765
Nº de pessoas em **pobreza**	12.484	11.373

Fonte: Cadastro único. Secretaria Municipal de Assistência Social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Educação acompanham as condicionalidades, que deverão ser cumpridas pelos beneficiários desse Programa de forma intersetorial

O PBF beneficiou, no mês de fevereiro de 2015, 11.982 famílias, representando uma cobertura de 106,1% da estimativa de famílias pobres no município. As famílias receberam benefícios com valor médio de R$ 137,80 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 1.651.064,00 no mês. Em 2015, a cobertura de manteve elevada com 104,3% das famílias, recebendo R$ 132,67 e o total transferido até setembro foi de R$ 1.562.494,00.

Tabela 4. Dados comparativos do Cadúnico nos anos de 2014 e 2015, em relação á cobertura e acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família em Iguatu – CE.

	2014		2015	
	(n)	(%)	(n)	(%)
Cobertura	11.982	106,1	11.777	104,3
Frequência escolar (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos)	9.824	99,9	9.677	99,9
Frequência escolar (jovens entre 16 e 17 anos)	2.480	99,9	2.261	99,7
Acompanhamento de saúde das famílias	9.889	89,5	9.993	94,8

Fonte: Cadastro único. Secretaria Municipal de Assistência Social.

O município apresenta uma cobertura cadastral que supera às estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares.

Em relação às condicionalidade, o acompanhamento da frequência escola, com base no bimestre de setembro de 2014, atingiu o percentual de 99,9%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 9.824 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 9.836. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 99,9%, resultando em 2.480 jovens acompanhados de um total de 2.483. No ano de 2015, a frequência escolar se manteve estável. Já o acompanhamento de saúde das famílias, na vigência de junho de 2014, atingiu 89,5%, percentual equivalente a 9.889 famílias de um total de 11.052 que compunham o público no perfil para o acompanhamento da área da saúde do município. Em 2015 houve um avanço para 94,8% do acompanhamento em saúde.

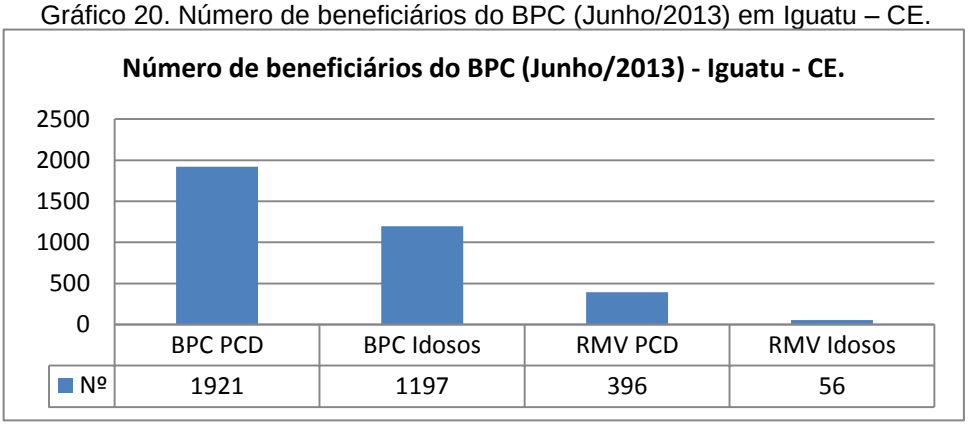
Mesmo o Município estando acima da média, é importante que as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, continuem trabalhando juntas para garantir uma gestão de qualidade no acompanhamento de condicionalidades do Programa.

Benefício de Prestação Continuada

O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

O BPC constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No gráfico abaixo, pode-se verificar informações sobre o número de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada –BPC, como também da Renda Mensal Vitalícia – RMV, referentes ao período de junho de 2013.

Gráfico 20. Número de beneficiários do BPC (Junho/2013) em Iguatu – CE.



Fonte: Relatório de contexto de Iguatu 2014.

Em 2008 o Município pactuou o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada com até 18 anos. Conforme os dados do MDS, referentes ao ano 2013, o Município apresentou a existência de 25,42% de beneficiários fora da escola, estes devem ser identificados e inseridos no sistema educacional regular. Já os 74,58% dos beneficiários matriculados nas escolas do Município, devem responder aos questionários para identificação das barreiras que dificultam o acesso a escola e também a permanência na mesma.

Esse trabalho deve ser delicado e realizado por equipe técnica qualificada para esse fim, prioritariamente coordenada por um Assistente Social. As ações de articulação com outras políticas devem ser planejadas e efetivadas, de forma a contribuir para elevação da qualidade de vida dos beneficiários do BPC.

Programa Municipal Agente do Bem

A Prefeitura de Iguatu criou o Programa Agente do Bem, o qual consiste em uma estratégia da Gestão Municipal com visão na Política Nacional de Assistência e o Programa Bols Família, que no seu contexto e atuação relaciona-se com a vulnerabilidade social e pobreza, sendo executado levando em consideração a intersetorialidade, para que possa não apenas nos seus indicadores ter a escassez de renda como prmissa, mas, todo o contexto econômico social das famílias beneficiadas. O mesmo está vinculado à Secretaria Municipal da Assistência Social e tem como objetivo proporcionar acesso eficaz e eficiente aos serviços de educação, saúde, assistência social, moradia e infra-estrutura das famílias beneficiadas.

Implantado em 2011, na gestão do ex-prefeito Agenor Neto, o programa isenta as famílias de baixa renda do pagamento da conta da água e da luz, mediante alguns critérios sociais: manutenção das crianças na escola, vacinação em dia, eliminação de focos do mosquito da dengue, renda inferior a R$ 70,00, entre outros.

Oferta de alimentos a estudantes, trabalhadores e pessoas em vulnerabilidade social e insegurança alimentar

A oferta de alimentos à população configura-se em uma estratégia imediata e eficaz na recuperação e manutenção do estado nutricional. A mesma acontece diante de uma série de medidas e programas, tais como a Cozinha Comunitária

Dulce Ricarte de Araújo que compõe a Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição no município, a qual brevemente estará sendo fortalecida com a conclusão do Banco de Alimentos.

Além da oferta de cesta básica para famílias em vulnerabilidade social e insegurança alimentar. Pensando na oferta de alimentos para o público estudante, visando seu bom desempenho escolar é assegurado junto ao Programa Nacional da Alimentação Escolar.

Ainda, para o público trabalhador, no município há empresas com o compromisso de oferta de alimentos para seus trabalhadores, para que estes possam desenvolver suas funções de forma ativa, sem comprometer a saúde, contribuindo para o bom resultado econômico.

Ambas as ações fazem parte da estratégia de garantia de uma alimentação segura e do Direito Humano a uma Alimentação Adequada, regidos pela Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Iguatu.

Cozinha Comunitária

A Cozinha Comunitária teve início em 20 de Novembro de 2010, com objetivo de fornecer e promover o acompanhamento nutricional aos beneficiários cadastrados e referenciados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS IV) que abrange os bairros João Paulo, Jardim Oásis e Areias. Desde então, fornece diariamente 200 refeições, a um valor acessível, planejadas por nutricionista, garantindo um cardápio variado e nutricionalmente adequado.

Além do público cadastrado, indiretamente, a Cozinha Comunitária beneficia através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 150 agricultores da Agricultura Familiar, que fornecem seus produtos pela modalidade “Compra direta com doação simultânea” em parceria com Secretaria de Agricultura e Pecuária do município.

Ao longo dos seus 5 anos de funcionamento a Cozinha Comunitária ofereceu em média 264.000 refeições, promoveu atividades de educação e avaliação nutricional. Constantemente, busca capacitar e orientar a equipe de manipuladores de alimentos a respeito das Boas Práticas no Serviço de Alimentação.

O acompanhamento nutricional dos usuários cadastrados foi alcançado através de orientações nutricionais individualizadas a respeito do porcionamento adequado e controle de peso, com base na avaliação antropométrica realizada pela nutricionista da cozinha.

Figuras 12 e 13. Cultivo de plantas medicinais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Iguatu.

Em 2013 a Prefeitura Municipal de Iguatu visando garantir a continuidade do programa e potencializar o funcionamento do equipamento propôs um projeto de

Modernização para melhorar a estrutura física para o fluxo de recebimento de gêneros e o armazenamento, a recepção, distribuição e administração das refeições.

Pontos Relevantes da Modernização

- Reforma do refeitório, com instalação do forro na cor branca em material PVC
- Construção da sala de cortes de carnes, climatizada
- Adequação da área de recebimento de gêneros
- Reforma e climatização da sala de administração
- Reparos de instalações hidráulicas e elétricas
- Foi garantido ainda a aquisição de novos equipamentos e utensílios.

A implantação da Cozinha Comunitária é reconhecida como uma das estratégias capazes de ampliar o acesso à alimentação e de contribuir para o alcance da segurança alimentar daqueles que habitualmente alimentam-se fora de casa, colaborando para o cumprimento do direito humano à alimentação.

Banco de Alimentos

O Banco de Alimentos do município de Iguatu, assim como os demais equipamentos de segurança alimentar e nutrição, elaborados e implementados para sob a coordenação do Governo Federal, propõe um esforço coletivo para garantir o direito básico à alimentação, à população mais vulneráveis à situação de insegurança alimentar e nutricional.

O equipamento irá compor a Rede de Equipamentos Públicos de SAN do município (EPAN) e consistirá em uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar cuja missão “é articular o maior número possível de unidades de comercialização, armazenagem e processamento de alimentos, visando o recebimento de doações de alimentos em perfeitas condições de consumo humano – que em função de estarem fora de padrões definidos não foram comercializados por produtores, supermercados, atacadistas, indústrias de alimentos e outros agentes – e sua distribuição gratuita, após análise, seleção, classificação e embalagem, para entidades assistenciais, de acordo com suas reais necessidades, definidas a partir de um trabalho de avaliação desenvolvido pela equipe técnica do banco. São esses produtos inadequados para a comercialização, mas sem nenhuma restrição para o consumo humano que, uma vez doados ao Banco de Alimentos, são retirados sem qualquer ônus para o doador – considerado um investidor social – e, posteriormente, distribuídos para aqueles que enfrentam necessidades.” (Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome - MDS, 2015).

Benefício Eventual (Cesta básica)

O Benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

Destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragilidades a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

A alimentação por meio da cesta básica é considerada como um tipo de provisão compatível com os benefícios eventuais, desde que não ofertada por outras políticas setoriais. O debate sobre a concessão de cestas básicas, ganha novo contornos na atualidade com o reconhecimento da alimentação como direito no âmbito do SISAN. O município de Iguatu dispõe de uma capacidade de atender até 600 cestas básicas por ano, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Programa Nacional de Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa do governo federal para oferecer alimentação escolar a todos os alunos da rede pública de ensino. O mesmo objetiva contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

No município de Iguatu o número de escolares atendidos pelo PNAE são 5.679 alunos matriculados nas escolas municipais no ensino Fundamental, 1.569 alunos no Pré-escolar, 414 alunos na Creche, 328 alunos no Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 1.187 alunos no Mais Educação.

O quadro de profissionais de responsabilidade técnica é composto por02 (duas) nutricionistas, que atendem todos os programas e serviços relacionados a alimentação escolar do município.

No ano de 2014, o investimento na alimentação escolar pela Agricultura Familiar, foi de 546.617,79 reais. Ao longo do projeto o mesmo beneficiou indiretamente um total de 112 agricultores familiares que fornecem alimentos para a alimentação escolar do Município.

O cardápio escolar é elaborado com base na utilização de gêneros alimentícios básicos, de modo a respeitar as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pauta-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. O mesmo oferece três porções de frutas e hortaliças por semana e não possui bebidas de baixo valor nutricional, como refrigerantes e sucos artificiais. É planejado de forma a atender no mínimo 20% das necessidades diárias, ofertada em uma refeição, para os alunos matriculados na educação básica, em período parcial. São elaborados seguindo a resolução N° 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos do âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Programa de Alimentação do Trabalhador

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) foi criado pela Lei nº. 6.321, de 14 de abril de 1976, que faculta às pessoas jurídicas a dedução das despesas com a alimentação dos próprios trabalhadores em até 4% do Imposto de Renda (IR) devido e está regulamentado pelo Decreto nº. 05, de 14 de janeiro de 1991, e pela Portaria nº. 03, de 1º de março de 2002.

O PAT é um programa de complementação alimentar no qual o governo, empresa e trabalhadores partilham responsabilidades e tem como princípio norteador o atendimento ao trabalhador de baixa renda, melhorando suas condições nutricionais e gerando, consequentemente, saúde, bem-estar e maior produtividade.

O mesmo tem como objetivo a melhoria da situação nutricional dos trabalhadores, visando a promover sua saúde e prevenir as doenças relacionadas ao trabalho.

Uma das principais empresas que concede um benefício-alimentação ao trabalhador por ela contratado no município de Iguatu é a Dakota, através da empresa fornecedora (terceirizada na área de alimentação) a Nutrinor, que prepara e comercializa a alimentação como refeição pronta no local. Atende atualmente aproximadamente 1.100 trabalhadores.

Programa Mais Educação

Destina-se aos alunos do Ensino Fundamental de escolas que aderiram ao Programa. Os alunos beneficiados permanecem na escola em período integral: em um turno os escolares recebem o conteúdo do ensino regular; no contra turno participam de atividades optativas nas áreas pedagógica, de meio ambiente, esporte e lazer, prevenção e promoção da saúde e educação científica e econômica. Nesse período de permanência na escola os alunos recebem duas refeições.

Programa Saúde na Escola

O Programa Saúde na Escola - PSE é financiado pelo Ministério da Saúde e executado em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e de Saúde. Visa a integração e a articulação permanente da Educação e da Saúde, proporcionado a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

O objetivo do programa é a formação integral dos escolares por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde física e mental, sexual, reprodutiva e prevenção ao uso de drogas, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. No ciclo 2013/2014, houve a cobertura de 47 escolas, onde 100% de alunos pactuados, no total de alunos atendidos 14.667; os alunos atendidos em antropometria 57%, total de alunos avaliados 8.334; e alunos com avaliações alteradas 1.178.

Acesso a água para consumo humano e produção de alimentos/medidas frente as crises alimentares

O acesso a água de qualidade para a população é um tema que merece destaque e reconhecimento, em si tratando de DHAA. No município de Iguatu 71,99% dos domicílios realizam tratamento da água para consumo por meio de filtração, 0,29% por fervura, 22,84% por cloração e 4,87% consomem água sem tratamento. Nesse item foram integrados dois temas: água e medidas de enfrentamento a crises que o Município de Iguatu se encontra relacionados e interligados. Portanto, decidiu-se pela apresentação dos programas e ações desenvolvidos em um só item.

Programa Água para todos

Tem como objetivo beneficiar famílias de baixa renda com dificuldade de acesso à água, através da construção de cisternas de placas, bem como contribuir

para a segurança alimentar e nutricional e proporcionar capacitação e formação para a convivência com o semiárido; melhorar a capacidade hídrica através da captação da água da chuva; promover a educação da população em questões de saúde, higiene, ecologia e cidadania através do trabalho nas escolas e de agentes de saúde; e reduzir a incidência de contração de doenças de veiculação hídrica, formando e capacitando para a convivência sustentável com o semiárido. No município de Iguatu foram implantados no ano de 2014 em 06 comunidades (Aceno, Cavaco, Cipó 2, Lagoa Seca/Barriga, Varzinha e Mirassul).

Irrigação Sustentável em Aluviões

Considerando que vários projetos de agricultura irrigada estão em execução e novos empreendimentos em processo de organização e implantação, alguns foram estruturados para utilizar água superficial e/ou subterrânea e outros para captar água no subsolo. Por essa razão faz-se necessária e urgente uma ação dirigida para avaliação dos recursos hídricos subterrâneos e para a implantação de um programa de gestão dessas águas no Município.

Em Iguatu foram implantados 16 Poços Tubulares Rasos e atualmente, há uma demanda de 05 Poços Tubulares Rasos e 34 Poços Profundos. É imprescindível a elaboração de projetos, com vistas à exploração racional dos recursos hídricos e de solo em aluviões no município de Iguatu.

Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido

Desenvolver ações visando a implementação de tecnologias alternativas de convivência com o semiárido, integrando-as aos demais projetos desenvolvidos pelo Governo do Estado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o Município, para dar sustentação aos agroecossistemas, ao equilíbrio dos recursos naturais solo e água, redução das vulnerabilidades do clima, proporcionando a melhoria socioeconômica das famílias.

Neste cenário, uma iniciativa relevante para o município foi a articulação com o Programa Uma Terra Duas Águas (P1+2), o qual consiste em uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), financiado pelo Banco do Brasil.

O objetivo do programa é fomentar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda das famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos.

O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos.

As alternativas de convivência com as adversidades do semiárido, a implementação de práticas que possibilitem o aproveitamento das águas de chuvas de forma racional, remetendo ao uso de modelos de exploração sustentável, em consonância com as propostas estabelecidas no processo de transição agroecológica foram trabalhadas no município com a construção de 50 cisternas de calçadão e 50 de enxurradas, como tecnologias de captação da água de chuva para produção de alimentos.

O Programa de Cisternas de Placas foi implantado no município de Iguatu por estar localizado na região do semiárido do Estado, com vistas a minimizar os danos

sociais causados pela falta de recursos hídricos a Iniciativa melhora o acesso à água para a população de baixa renda, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantido melhor qualidade de vida.

O município conta com o número de 1.995 cisternas, sendo que de janeiro de 2011 a outubro de 2013 foram entregues 800 já concluídas e atualmente 1.195 em fase de construção.

Construção e Recuperação de Barragens

Ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos - abastecimento humano e animal, indústria, irrigação e turismo – refletindo na melhoria das condições socioeconômicas das populações urbanas e rurais.

A problemática que envolve os recursos hídricos está presente em todas as esferas administrativas, quer no tocante ao uso mais nobre que se faz da água, ou seja, o abastecimento humano e outros usos ligados ao desenvolvimento industrial, ao turismo e lazer.

No município foi realizada a recuperação da barragem do açude comunitário da associação do sítio Aceno em 2015, aumentando a capacidade de acumulação hídrica. Ainda se faz necessário realizar estudos para o planejamento de novos empreendimentos, recuperação de barragens, fazer compensação ambiental e gerenciar sistemas de recursos hídricos.

Ações de Vigilância da Água e do Solo

A vigilância da qualidade da água para consumo humano (Vigiagua) consiste no conjunto de ações adotadas continuamente para garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, bem como avaliar e prevenir os possíveis riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água podem representar à população abastecida, abrangendo todo o sistema de produção de água potável, desde a captação até o ponto de consumo, incluindo estações de tratamento, reservatórios e sistemas de distribuição, para isso o município executa as diretrizes definidas no âmbito nacional e estadual, realiza o monitoramento sistemático e comparativo da água de consumo humano nos sistemas de abastecimento público e coletivo.

Os parâmetros que compõem o plano de amostragem básico foram definidos tendo em vista o conhecimento já consolidado na literatura especializada sobre os indicadores da qualidade microbiológica da água para consumo humano (Ashboltet al., 2001; Bastos et al., 2000; Nieminski et al., 2000; USEPA, 2006; WHO, 2011). São eles: turbidez, cloro residual livre (ou outro composto residual ativo, caso o agente desinfetante utilizado não seja o cloro), coliformes totais / Escherichia coli e fluoreto. Os quatro primeiros foram definidos devido à sua importância como indicadores básicos da qualidade microbiológica da água para consumo humano e o flúor por seu significado de saúde em função de deficiência ou excesso.

O número mínimo mensal de análises previsto para o Plano de Amostragem Básico é definido em função das faixas populacionais e constitui um quantitativo único a ser distribuído para o monitoramento da qualidade da água referente às três formas de abastecimento de água (SAA, SAC e SAI).

De forma a orientar a elaboração do plano de amostragem, são apresentados, a seguir, alguns critérios para seleção de áreas prioritárias para coleta de amostras, seguindo o princípio de riscos à saúde:

- Áreas mais densamente povoadas;
- Áreas de grande circulação (centros comerciais e terminais rodo ferroviários e aeroportuários);
- Áreas que, do ponto de vista epidemiológico, justifiquem atenção especial (por exemplo, histórico de ocorrência de casos de doenças de transmissão hídrica);
- Cobertura populacional por cada forma de abastecimento de água;
- Formas de abastecimento que atendem a populações mais vulneráveis (estabelecimentos de saúde – clínicas de hemodiálise, hospitais, etc., estabelecimentos de ensino – escolas, creches etc., cadeia, hotelaria);
- Histórico da qualidade da água em desconformidade ao padrão de potabilidade (monitoramento realizado pelo controle e, ou vigilância);
- Histórico de reclamações dos serviços ou de denúncias pela população;
- Localidades atingidas por enchentes;
- Ocorrência de flúor natural;
- Sazonalidade do uso de substâncias químicas, por exemplo, agrotóxicos;
- Sistemas ou soluções desprovidos do tratamento mínimo estabelecido na Portaria de Potabilidade da Água ou sem identificação de responsável;
- Situações de abastecimento emergencial (por exemplo, por meio de veículo transportador);
- Tipo de manancial utilizado;
- Uso e ocupação do solo da bacia de captação;
- Zonas de vulnerabilidade da rede de distribuição (zonas de baixa pressão, áreas com intermitência, pontas de rede);
- Áreas com populações em situação sanitária precária, deficiência dos serviços de saneamento (drenagem, coleta de lixo e de esgotos);
- Áreas urbana e rural;
- Índice de Desenvolvimento Humano - IDH;
- Locais com populações expostas em áreas contaminadas;
- Existência de atividades potencialmente poluidoras (indústrias, lixões, pontos de lançamento de esgoto, cemitérios, etc.);
- Vulnerabilidades operacionais e estruturais verificadas durante inspeções.

No município de Iguatu são realizadas 36 coletas mensais de água, sendo analisadas em campo o Cloro e pH em todas as amostras, em seguida são encaminhas ao LACEN para serem estudadas a turbidez (36 mensais) coliformes totais (36 mensais), Escherichia coli (36 mensais) e fluoreto (10 mensais), seguindo os parâmetros do plano de amostragem. Após o resultado são tomadas as devidas providencias objetivando resguardar a saúde da população.

Parâmetro de Agrotóxico na Água

Foi realizado a 1ª Amostra para realização das análises para monitoramento do parâmetro agrotóxico em água de consumo humano, como fortalecimento da Vigilância em Saúde Ambiental de Populações expostas a Agrotóxicos. O plano de amostragem para vigilância foi elaborado segundo diretrizes do Ministério da Saúde e será realizada uma amostra semestral.

VIGISOLO

O VIGISOLO é o Programa de Vigilância Ambiental em Saúde de Populações Expostas ou sob risco de exposição a Solos Contaminados.

O campo de atuação do VIGISOLO deve se dar em áreas onde exista exposição ou risco de exposição da população a solos contaminados por substâncias químicas, que possam produzir efeitos na saúde.

Com base na Portaria GM/MS nº 1172 de 15/06/2004, que refere às competências da União, Estados e Municípios, a PPI/VS/2006 – Programação Pactuada Integrada da Vigilância a Saúde, estabelece como prioridade a identificação de áreas com populações expostas a solos contaminados, para implantação da Vigilância Ambiental em Saúde, em municípios com população a partir de 100.000 habitantes.

No município de Iguatu, foram cadastradas apenas duas áreas, sendo o Cemitério Sra. Santana e o Lixão, por enquanto não se pode continuar o cadastramento por motivo da falta do GPS que é necessário para a localização fidedigna.

Alimentação e Nutrição para a Saúde

Destaca-se, ainda, a rede de serviços de Vigilância Sanitária, que trata de ações no âmbito das práticas de saúde coletiva, firmada em várias áreas do conhecimento técnico-científico e em bases jurídicas que lhe conferem o poder de normatização, educação, intervenção e avaliação, capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, visando garantir qualidade do processo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços relacionados à saúde e ás condições de vida e trabalho dos cidadãos.

Na Atenção Básica a Saúde, as ações de Alimentação e Nutrição no âmbito do Núcleo de Atenção à Saúde da Família e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN são espaços para efetivação de programas e ações de SAN na perspectiva de garantir o DHAA, por meio da Promoção da Alimentação Sudável – PAS, com eixos de atuação direcionados a prevenção a doenças relacionadas à alimentação e nutrição: anemia, hipovitaminose, desnutrição, diabetes, obesidade e o monitoramento do estado nutricional e consumo alimentar.

Ainda vale ressaltar o atendimento a necessidades nutricionais especiais pelo fornecimento de fórmulas enterais e leites, através do Centro de Abastecimento Farmacêutico (CAF): Aptamil 1 e 2, sem lactose, de soja 1 e 2, AR, Neocate, Neocate Advancet, Pregomin pepit, Nutrison standart e Supra soy sem lactose.

As iniciativas sinalizam também a produção de materiais educativos, guias alimentares, voltados para hábitos e práticas alimentares, e ainda a articulação com os programas Bolsa Família, Alimentação Escolar e Saúde na Escola como estratégias de integrar alimentação, saúde e nutrição.

Educação para Segurança Alimentar e Nutricional

Programa Saúde na Escola

O Programa integra e articula ações das Secretarias da Educação e da Saúde, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população brasileira,

ação da saúde física e mental, saúde sexual e reprodutiva e a prevenção ao uso de drogas. É financiado pelo Ministério da Saúde e executado pelas Secretaria Municipais de Educação e Saúde.

O PSE tem como objetivo contribuir com a formação dos escolares por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

No Iguatu, no ciclo 2013/2014, houve a cobertura de 47 escolas, onde 100% de alunos pactuados, no total de alunos atendidos 14.667; os alunos atendidos em antropometria 57%, total de alunos avaliados 8.334; e alunos com avaliações alteradas 1.178.

Educação do Campo

No município de Iguatu, vem sendo desenvolvido de forma sólida, um serviço de educação não formal em que agentes capacitados auxiliam agricultores familiares e pescadores artesanais para que melhorem suas atividades produtivas.

A assistência técnica promove o aperfeiçoamento do sistema de produção das unidades produtivas familiares, aumentando a quantidade, a qualidade e o valor de seus produtos. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para o consumo próprio, melhorando suas situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, melhorando sua renda a qualidade de vida.

De maio de 2011 a julho de 2013, 160 famílias de agricultoras familiares do município tiveram o acesso a serviços de ATER garantido por meio de chamadas públicas para seleção de instituições especializadas na prestação desses serviços, contratadas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

ACESSUAS Trabalho

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho) transfere recursos do Governo Federal aos municípios para que eles desenvolvam ações que promovam a inclusão produtiva do público-alvo da assistência social, sendo o público prioritário as pessoas com deficiência (MDS, 2014).

O ACESSUAS é responsável por diversas atividades, sendo uma das mais importantes a mobilização e encaminhamento para o PRONATEC. Os cursos na área de alimentos foram voltados à formação de profissionais para manipulação dos mesmos, capacitando 300 profissionais na área. Outros cursos estão em fase de inscrição, um na área de pescados e outro de doces e conservas para serem realizados nos anos de 2015 e 2016.

DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IGUATU

2. DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE IGUATU

O Plano Municipal elaborado com base nos princípios e diretrizes definidos na Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, representa um importante instrumento de interesse público, que possibilita a criação de novas alternativas institucionais e assegura a constituição e fortalecimento de efetivas parcerias. Este Plano está consubstanciado nas deliberações da 2ª Conferência Municipal de SAN de Iguatu, nas proposições do CONSEA Iguatu e encontra-se pautado, ainda, nos nove desafios listados a seguir:

1. Falta de dados articulados para um diagnóstico preciso com relação às ações de SAN no Município, que permitissem o acompanhamento, monitoramento e avaliação das condições de SAN em Iguatu.

2. Reversão das tendências de aumento das taxas de excesso de peso e obesidade, e conscientização para uma alimentação saudável.

3. Ampliação do mercado institucional de alimentos para a agricultura familiar, assentados da reforma agrária e titulares de direito dos programas de transferência de renda, com vistas ao fomento de circuitos locais e regionais de produção, abastecimento e consumo.

4. Ampliação do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade às famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e piscicultura.

5. Ampliação das ações de vigilância sanitária, de combate ao uso de agrotóxico e execução de projetos de estímulos para a produção orgânica ou agroecológica, por meio de pactuação, junto ao Governo do Estado, para a isenção fiscal ou bonificação para comercialização de produtos livres de agrotóxicos; estabelecimento de estratégias de enfrentamento aos transgênicos garantindo agrobiodiversidade e de quaisquer produtos que envolvam a possibilidade de risco à saúde, em todas as fases de seus processos de produção dos bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária, incluindo a destinação dos respectivos resíduos.

6. Implementação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, promovendo capacitações sistemáticas que estimulem a apropriação sobre os marcos regulatórios municipal, mecanismos de gestão, financiamento e controle social; incorporando a concepção do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, e da Intersetorialidade na Política, nos programas e ações de SAN efetivadas no município de Iguatu;

7. Estruturação de um programa sistemático de educação alimentar e nutricional integrando ações pontuais existentes e ampliando-as, tendo como foco principal crianças e adolescentes;

8. Garantia de recursos ordinários no Orçamento Municipal para Gestão e Articulação da Segurança Alimentar e Nutricional e implementação de programas, projetos e ações de Segurança Alimentar e Nutricional em Iguatu.

9. Criação e implementação de um sistema de monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões de SAN, com periodicidade anual, definidos no PLAMSAN Iguatu, como também no acompanhamento e avaliação das ações empreendidas no Município.

A CONSTRUÇÃO DO SISAN E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IGUATU

3. A CONSTRUÇÃO DO SISAN E SUA IMPLANTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE IGUATU

É possível observar a forte intersetorialidade para efetivação da SAN, neste contexto nasce o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) estruturado por seus componentes: conferência, conselho, câmara intersetorial, instituições privadas com ou sem fins lucrativos e órgãos ou entidades publicas de SAN.

Seu modelo segue nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e a sua implantação foi apontada como prioridade no I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (I PLANSAN) (2011), com vigência de 2012 a 2015.

Dentre os desafios apontados no I PLANSAN destaca-se a adesão dos municípios ao SISAN, por tanto para efetivação desta política no município de Iguatu em 2013 teve início a reformulação dos marcos legais de SAN, com vista à adesão do município de Iguatu ao SISAN.

Atualmente os documentos instituídos que regulamentam a Política Municipal de SAN são Lei nº 1.916 de 25 de setembro de 2013, que cria os componentes do município de Iguatu e cria os parâmetros para elaboração do Plano Municipal de SAN; Decreto nº 99 de 18 de novembro de 2013 que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de SAN; e o Decreto nº 12 de 24 de fevereiro de 2014 que regulamenta Câmara Municipal Intersetorial de SAN.

Tem por base o desafio de "implementar o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, promovendo capacitações sistemáticas que estimulem a criação dos marcos regulatórios municipais, mecanismos de gestão, financiamento e controle social; incorporando o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, e a Intersetorialidade na Política, nos programas e ações de SAN efetivados no município de Iguatu" buscar-se-á, portanto, a institucionalização do SISAN, no município, pautada nas seguintes recomendações, iniciativas e ações:

- Garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Iguatu, por meio de infraestrutura básica ao seu funcionamento, apoio de recursos humanos e materiais; como também suporte para o exercício do controle social, a exemplo de recursos financeiros para transporte, deslocamentos e ajuda de custos;
- Apoiar o CONSEA Iguatu, na realização das Conferências Municipais de SAN, bem como nas etapas (Conferências territoriais e Estadual);
- Estimularas secretarias municipais, junto aos seus respectivos profissionais, nofortalecimento e consolidação das ações de SAN, com interface nos marcos regulatórios;
- Divulgar junto à sociedade civil a importância do SISAN enquanto avanço no município;
- Instituir Fórum Bipartite de Pactuação Federativa; e participar do Fórum Tripartite;
- Desenvolver e apoiar ações sistemáticas de formação e capacitação em Segurança Alimentar e Nutricional, SISAN, implementação da Política de SAN e realização do DHAA;
- Realizar monitoramento, avaliação e revisão do Plano Municipal de SAN.

DIRETRIZES E AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

4. DIRETRIZES E AÇÕES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O processo de construção do PLAMSAN Iguatu referenciou-se nas oito diretrizes definidas no Plano Nacional de SAN e no Plano Estadual de SAN Ceará, realizando consultas às deliberações e propostas contidas no relatório da 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Iguatu realizada em 2015; as proposições e prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA Iguatu e ao Plano Plurianual – PPA 2014 – 2017 do Município de Iguatu; considerando seus objetivos, metas prioritárias e iniciativas, conforme detalhamento a seguir:

Diretriz 1 - Promoção do Acesso Universal à Alimentação Adequada e Saudável, com Prioridade para as Famílias e Pessoas em Situação de Insegurança Alimentar e Nutricional.

OBJETIVO 1.1

Identificar as famílias em situação de insegurança alimentar e Nutricional em Iguatu, visando o planejamento de programas, projetos e ações voltadas para diminuição ou erradicação desta situação de vulnerabilidade social.

Meta prioritária para 2016/2017

- Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados, bem como as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, através do Cadastro Único para os Programas Sociais (CadÚnico), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Sistema de Informação da Saúde para a Atenção Básica (SISAB), Sistema Ùnico da Assistência Social (SUAS), objetivando traçar o perfil nutricional, na busca de identificação de patologias associadas as carências nutricionais.
- Ampliar o acesso das famílias em situação de insegurança alimentar, sobretudo as famílias identificadas nos sistemas (SISVAN, CADÚNICO, SISAB, dentre outros) nos processos de atendimento socioassistencial.
- Articular a intersetorialidade entre os gestores dos Sistemas, visando a melhora na qualidade dos serviços prestados.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Fortalecimento do preenchimento e a utilização de Sistemas Informatizados nos diferentes setores, de forma responsável e precisa, que possibilite a articulação dos dados.	SAS SEAP SMS SME	
Identificar as famílias por meio do Cadastramento Único, em situação de extrema pobreza, nas áreas urbana e rural do município.	SAS/ CADÚNICO	CRAS
Implantação de Programa Especifico para famílias em situação de vulnerabilidade social com necessidades alimentares especiais	SAS/SAN	PAA, SMS, Associação dos Celíacos, Associação dos Diabéticos, etc

OBJETIVO 1.2

Assegurar melhores condições socioeconômicas às famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e reforço ao acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de alimentação, saúde, educação e assistência social, para a ruptura do ciclo intergeracional de pobreza e a proteção do DHAA.

Meta prioritária para 2016/2017

- Acompanhar a Gestão do Cadastro Único e Programa Bolsa Família no Município.
- Apoiar a construção ou consolidação de no mínimo 01 (um) empreendimento econômico solidário, por ano;
- Capacitar 100 pessoas em cooperativismo, associativismo, economia solidária, por ano.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Contribuição para a redução da pobreza e desigualdades sociais e estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico e social de Iguatu	SAS	
Acompanhamento da transferência de renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza	SAS	CMAS
Acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação e monitoramento das famílias com descumprimentos do PBF, oferecendo diagnóstico qualificado e dinâmico da situação dessas famílias e implementação de ações, em parceria, de aperfeiçoamento na oferta desses serviços, bem como articulação de programas complementares.	SMS SME SAS	CMS CME CMAS
Desenvolvimento de atividades voltadas para qualidade e a administração do Cadastro Único e dos benefícios do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do PBF.	SAS	
Assessoramento para melhoria da capacidade de gestão descentralizada do Programa Bolsa Família.	SAS	
Implantação de áreas de desenvolvimento econômico (empreendimentos econômicos solidários, artesanato, empreendedorismo e setor produtivo), tendo como contrapartida a geração de emprego e renda.	SAS	Desenvolvimento econômico
Desenvolvimento de projetos sociais com vistas à garantia de espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar e empreendimentos econômicos e solidários	SAS SEAP	

OBJETIVO 1.3

Promover o acesso à alimentação adequada e saudável para alunos da educação básica, de forma a contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Atender os alunos da Educação Básica da rede pública municipal de ensino, ofertando alimentação escolar por no mínimo 200 dias letivos anualmente;

- Universalizar atendimento escolar para toda população;
- Fomentar a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais, pelas escolas, para a alimentação escolar, assegurando que pelo menos 30% da alimentação escolar seja adquirida destes segmentos sociais.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Pactuação de valor per capita diferenciado, de forma regionalizada para a continuidade do aprimoramento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enquanto política pública estratégica para a promoção da SAN e para a realização do DHAA dos escolares	SME	Governo Federal
Desenvolvimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar para alunos do Ensino Infantil	SME	
Desenvolvimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar para alunos do Ensino Fundamental	SME	
Desenvolvimento do Programa Municipal de Alimentação Escolar para alunos da Educação de Jovens e Adultos.	SME	
Contribuição para uma educação de qualidade, possibilitando aos alunos uma alimentação equilibrada que favoreça ao processo ensino-aprendizagem	SME	
Acompanhamento da oferta de alimentação escolar, nas escolas situadas em áreas de difícil acesso, as extensões, localizadas nas zonas rurais, com alunos de famílias em situação de extrema pobreza (Brasil sem Miséria)	SME	
Sensibilização das esferas governamentais, no sentido de incluir na estrutura curricular “o eixo transversal Educação Alimentar e Nutricional	SME	
Fortalecer os Núcleos Gestores Escolares a aderir ao Programa Mais Educação, com tempo integral, ofertando atividades optativas agrupadas em macro campos como: acompanhamento pedagógico; meio ambiente; esporte e lazer; direitos humanos; cultura e artes; cultura digital; prevenção e promoção da saúde; educomunicação; educação científica e educação econômica	SME	
Expansão e Melhoria da Infraestrutura das Escolas Municipais de Ensino Fundamental	SME	
Acompanhamento e monitoramento do recebimento de equipamentos e utensílios das escolas municipais	SME	
Manutenção e Funcionamento das Unidades Escolares da Educação Básica	SME	
Acompanhamento sistemático da operacionalização do PNAE nas escolas municipais	SME	
Acompanhamento e ampliação da oferta de alimentação escolar nas escolas que aderiram ao Programa Mais Educação.	SME	
Sugestão à Secretaria de Infraestrutura ao Setor da Engenharia, que sejam incluídas nas reformas das escolas, as orientações repassadas pela equipe do PNAE, com vistas ao atendimento as normas de Segurança Alimentar e Nutricional	SME	Setor de Infraestrutura
Capacitação de Servidores Públicos-Formação Continuada, Qualificação e Requalificação	SME	Governo do Estado
Capacitação de Gestores Escolares e Merendeiras para operacionalização do PNAE.	SME	Governo do Estado

OBJETIVO 1.4

Promover a melhoria das condições socioeconômicas e de acesso à alimentação e nutrição a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), por meio do acesso à rede dos serviços socioassistenciais, das ações de segurança alimentar e nutricional e das demais políticas setoriais.

Metas prioritárias para 2012/2015

- Promover a melhoria e novos hábitos alimentares e nutricionais de todos os beneficiários do BPC, nos diversos segmentos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS).

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Articulação para a realização de ações educativas junto aos beneficiários do BPC	SAS	
Cofinanciamento de benefícios eventuais aos usuários dos serviços socioassistenciais.	SAS	Governo do Estado

OBJETIVO 1.5

Ampliar as condições de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias mais vulneráveis, por meio do provimento de refeições e alimentos, em equipamentos públicos de alimentação e nutrição e da distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos e que enfrentam calamidades.

Metas prioritárias para 2012/2015

- Ampliar a rede de EPANS, com a implantação de 02 Cozinhas Comunitárias nas áreas de abrangência dos CRAS 1 e CRAS 3, respectivamente.
- Ampliar a rede de EPANS, com a implantação de 01 Restaurante Popular numa área central e de fácil acesso no município.
- Ampliar a rede de EPANS, com a conclusão do Banco de Alimentos.
- Garantir funcionamento do Banco de Alimentos por meio de projeto sociais de arrecadação de alimentos; e projetos com base no cooperativismo, inserindo mulheres no processamento, aproveitamento integral e comercialização destes alimentos.
- Fornecer, anualmente, 52.800 refeições para público em situação de insegurança alimenta e nutricional na cozinha comunitária Dulce Ricarte de Araújo/Iguatu.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Ampliação da rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição (02 cozinhas comunitárias e 01 restaurante popular) no município de Iguatu para o atendimento a comunidades e bairros periféricos em situação de vulnerabilidade social	SAS	Governo Federal/MDS
Conclusão da construção do Banco de Alimentos e garantia de seu funcionamento por meio da contratação de equipe técnica e realização de projetos sociais com foco na arrecadação e doação de alimentos	SAS	
Implantação de um projeto que garanta sustentabilidade dos EPANS através do Banco de Alimentos em parcerias com	SAS	

açougues, mercados e supermercados para doação de alimentos apropriados para consumo		
Implantação de um projeto que garanta sustentabilidade dos EPANS através do Banco de Alimentos em parcerias com empresários para doação de alimentos apropriados para consumo	SAS	
Incentivar e articular as entidades da rede pública e privada que tenham vínculos com a produção ou comercialização de alimentos, em adotar compromisso de desenvolver atividades ou distribuição de alimentos p/ população em situação se extrema pobreza.	SAS	Instituições privadas e públicas Banco de Alimentos de Iguatu
Agilizar o processo licitatório para compra de alimentos nos programas que envolvem alimentação	SEAP	Setor de Licitação
Desburocratizar a compra de alimentos relacionados à agricultura familiar	SEAP	Governo Federal
Atendimento da meta de 200 refeições/dia ao público prioritário na Cozinha Comunitária	SAS	CRAS IV
Cofinanciamento para manutenção e funcionamento dos EPNA's no município.	SAS	Governo Federal
Fornecimento de alimentação a usuários do Centro de Atenção Psicossocial II AD, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Polo de Assistência Social	SAS	
Inserção de cozinheiras nos Centros de Referência da Assistência Social para que possam executar a elaboração de refeições conforme cardápios elaborados por nutricionista	SAS	Governo Federal
Ampliação do benefício cesta básica para pelo menos 50% das famílias de situação de extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional	SAS	
Implementação do Beneficio Eventual (Cesta Básica) com produtos advindos do PAA	SAS SEAP	
Ampliação do número de trabalhadores com acesso ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incentivando a adoção de princípios de alimentação adequada e saudável e direitos humanos nas refeições e/ou cestas destinadas aos trabalhadores junto ao CONSEA de Iguatu para articulação das empresas com vistas a uma melhor adesão ao PAT no município	SMS SAS	Empresas locais CDL

OBJETIVO 1.6

Incentivar o consumo de pescado e seus derivados com vistas ao aumento do consumo per capita no Município de Iguatu.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Fortalecer a cadeia produtiva do pescado em Iguatu;
- Participar de 20 feiras e eventos;
- Promover 10 campanhas de comunicação e marketing para incentivar o consumo do pescado pela população

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Incentivo a produção do pescado e superação das adversidades climáticas que influenciam a escassez de água	SEAP	Cooperativa de pescadores
Promoção e participação de pescadores locais em feiras e	SEAP	Cooperativa

eventos relacionados ao incentivo da pesca		de pescadores
Promoção de campanhas nos meios de comunicação e marketing para divulgar os benefícios do consumo regular do pescado	SEAP	Cooperativa de pescadores

OBJETIVO 1.7

Incentivar a produção e consumo de leite bovino e caprino no Município de Iguatu, garantindo renda ao agricultor pronafiano e a distribuição do leite às pessoas em Estado de Insegurança Alimentar e Nutricional.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Adquirir 650 litros de leite bovino diariamente;
- Adquirir 50 litros de leite caprino diariamente;
- Distribuir 650 litros de leite bovino diariamente para crianças, gestantes, idosos e nutrizes que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional;
- Distribuir 50 litros de leite caprino diariamente para crianças, gestantes, idosos e nutrizes que estejam em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Reativação do Programa Leite Fome Zero por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do Leite	SAS SEAP	Governo do Estado/SDA
Regionalizar o processo licitatório do PAA Leite dando suporte para o beneficiamento e transporte do produto para o abastecimento e fortalecimento da economia local	SAS SEAP	Governo do Estado/SDA
Suporte de abastecimento por meio da instalação de tanques de resfriamento	SAS SEAP	Governo do Estado/SDA
Realização de fórum municipal com os parceiros envolvidos no Programa Leite Fome Zero	SAS SEAP	Governo do Estado/SDA
Acompanhamento nutricional e social ás famílias cadastradas no Sistema Municipal do Programa Leite Fome Zero	SMS	SMAS
Inclusão do produtor de leite pronafiano no mercado formal	SAS SEAP	Comércio local
Fomento à produção de leite caprino no município de Iguatu	SAS SEAP	Governo do Estado/SDA
Monitoramento da qualidade do leite distribuído para as famílias beneficiadas com o Programa	SAS SEAP/SIM SMS/ANVISA	Governo do Estado/SDA

Diretriz 2 – Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados, de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos.

OBJETIVO 2.1

Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, aquicultores familiares, pescadores artesanais, apicultores, povos e comunidades tradicionais.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Instrumentalizar a equipe técnica com aquisição de equipamentos e ferramentas para o trabalho da assistência técnica e extensão rural
- Atender 80% das micro e pequenas empresas, nos seguimentos da agroindústria, química, através da rede de extensão tecnológica;
- Produzir e veicular em 12 programas radialísticos;
- Formar 50 pessoas/ano em atividades rurais em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Iguatu;
- Atender os agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas;
- Atender os agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir da segurança alimentar das famílias;
- Atender os agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido;
- Capacitar os agricultores(as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos;
- Capacitar os pescadores artesanais;
- Capacitar os aquicultores;
- Prestar assistência técnica a todos os pescadores e aquicultores;
- Prestar assistência técnica aos apicultores e fortalecer a apicultura local.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Pactuação de cofinanciamento para sustentabilidade da agricultura e pecuária no município, visando fortalecer suas atividades, principalmente da assistência técnica	SEAP	Governo do Estado/SDA
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	SEAP	
Estabelecimento de parcerias para qualificação do serviço de ATER junto aos agricultores(as) familiares	SEAP	SDA/ EMATERCE
Divulgação das bases produção alimentar em participação de Programas de rádio e demais veículos de informação no município de Iguatu, principalmente em datas de destaque (calendário comemorativo)	SEAP SAS	Rádios/ Veículos de comunicação
Apoio ao fortalecimento da Cadeia Produtiva da Banana no Iguatu	SEAP	Associação de fruticultores
Fortalecimento da agroindústria local	SEAP	IFCE Comércio local
Apoio a produção e a comercialização agropecuária	SEAP	ADAGRI/ EMATERCE
Implementação de ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola	SEAP	
Estruturação da Cadeia Apícola no município de Iguatu	SEAP	
Fortalecimento da Cadeia produtiva da apicultura no município com a construção de casas de mel	SEAP	
Criação de centros de produção de rainhas para aumentar a produção de mel no município	SEAP	

OBJETIVO 2.2

Fomentar o abastecimento alimentar como forma de consolidar a organização de circuitos curtos locais, regionais e territoriais de produção, abastecimento e consumo para a garantia do acesso regular e permanente da população Iguatuense

a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos sócios culturais e ambientais.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Apoiar a implantação de 7 projetos municipais voltados para produção e comercialização de alimentos a nível local;
- Beneficiar agricultores(as) familiares do setor de frutas;
- Beneficiar agricultores(as) familiares do setor de verduras e hortaliças;
- Beneficiar agricultores(as) familiares do setor de grãos e cereais;
- Beneficiar agricultores(as) familiares do setor de raízes e tubérculos;
- Beneficiar produtores(as) de bovinos, suínos, ovinos e caprinos;
- Beneficiar produtores(as) de galinha caipira e ovos caipira;
- Beneficiar pescadores(as) artesanais e aquicultores;
- Beneficiar apicultores.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Elaboração de projeto arquitetônico para modernização da estrutura física e sanitária do Mercado Público Central de Iguatu	PMI/Setor de Infraestrutura	
Elaboração de projeto arquitetônico para modernização da estrutura física e sanitária do Mercado Público do Peixe de Iguatu	PMI/Setor de Infraestrutura	
Elaboração de projeto arquitetônico para modernização da estrutura física e sanitária da Feira livre de Iguatu	PMI/Setor de Infraestrutura	
Pactuação de recursos junto ao MDS para reforma e estruturação do Mercado Público Central, Mercado Público do Peixe e da Feira Livre	SAS SEAP Setor de Infraestrutura	Governo Federal/MDS
Subsídio de estrutura para comercialização dos produtos da agricultura familiar em apoio aos agricultores		
Estímulo a Agricultura Urbana e Periurbana: produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos de origem vegetal e/ou animal, bem como de serviços, pelo aproveitamento de espaços nas residências, em áreas ociosas de domínio público ou particular, nos limites urbanos ou periurbanos, resultantes tanto de ações de políticas públicas quanto de iniciativa privada	SEAP SAS SMS	CONSEA
Apoio técnico e financeiro a projetos de produção de alimentos via seleção em edital público	SEAP	STDS/SDA MDS/MDA
Aquisição e distribuição de equipamentos e utensílios para apoio às cadeias produtivas da pecuária	SEAP	EMATERCE
Fomento e organização da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no município de Iguatu	SEAP	

OBJETIVO 2.3

Ampliar a participação de agricultores familiares e assentados da reforma agrária no abastecimento dos mercados, com ênfase nos mercados institucionais, como forma de fomento a sua inclusão socioeconômica e à promoção da alimentação adequada e saudável.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Beneficiar os agricultores(as) familiares com aquisição da produção de assentamentos;
- Ampliar a divulgação e acesso dos programas PAA e PNAE para 100% dos produtores rurais e assentados da reforma agrária.
- Apoiar as organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a inclusão das organizações de mulheres rurais no mercado privado.
- Viabilizar adesão de agricultores(as) ao Garantia Safra.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Ampliação de metas do PAA da Agricultura Familiar para produtores rurais e assentados da reforma agrária	SEAP	
Criar estratégias para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos da agricultura familiar e de assentados da reforma agrária	SEAP	
Agilização e ampliação o número de títulos de terra, por meio da realização de novo levantamento de propriedades rurais, uma vez que a quantidade atingida ainda é insuficiente	SEAP	
Viabilização das adesões de agricultores (as) ao Garantia Safra	SEAP	MDA/ EMATERCE

OBJETIVO 2.4

Fomentar e estruturar a produção dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e demais povos e comunidades tradicionais, aquicultores familiares e pescadores artesanais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Adquirir e distribuir e sementes;
- Beneficiar os agricultores(as) familiares com sementes e mudas;
- Analisar e monitorar sementes para fins de comercialização;
- Distribuir alevinos, em açudes, beneficiando as famílias;

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Aquisição e distribuição de sementes e mudas	SEAP	MDA/ SDA/ EMATERCE
Classificação dos produtos vegetais	SEAP	ADAGRI
Realização de análises físico-química dos produtos vegetais destinados a comercialização	SEAP	
Repovoamento de açudes, de áreas de assentamento e comunitários	SEAP	

OBJETIVO 2.5

Promover o modelo de produção, extração e processamentos de alimentos agroecológicos e orgânicos e de proteção e valorização da agrobiodiversidade.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Atender a 150 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir da segurança alimentar das famílias;
- Atender as famílias de agricultores(as) familiares, na produção agroecológica e solidária;
- Atingir o percentual de 20% das propriedades da agricultura familiar na utilização correta e segura de agrotóxicos;
- Atender 30 agricultores familiares com processos agroecológicos e orgânicos na perspectiva de garantir uma constante e progressiva transição para a produção livre de agrotóxico;
- Atender a agricultores(as) familiares na implantação e revitalização de agroindústrias rurais de beneficiamento e processamento.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Realização de ações de controle ambiental e ampliação da biodiversidade.	SEAP SMA	EMATERCE/ ADAGRI

OBJETIVO 2.6

Sucessão Rural, criar oportunidades e incentivar políticas públicas voltadas para permanência dos jovens no campo.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Criar oportunidades e incentivar políticas públicas voltadas para permanência dos jovens no campo;
- Disponibilizar e divulgar os resultados de pesquisas desenvolvidas pela ANVISA quanto a análise de resíduos de agrotóxicos dos produtos agrícolas;
- Desenvolver campanhas de conscientização para os produtores sobre o uso de agrotóxicos;
- Facilitar e incentivar a realização de análises de água periódicas para os produtores rurais que fornecem alimentos para os programas PAA e PNAE, e para os produtores que comercializam na Feira Livre Municipal.
- Realizar campanhas de conscientização para a população sobre os organismos geneticamente modificados.
- Criação de estratégias de controle e uso de agrotóxicos pelos produtores rurais do município.
- Realizar análises periódicas de resíduos de agrotóxicos em amostras de produtos adquiridos pelos programas municipais PAA e PNAE e também nos produtos comercializados na feira livre municipal.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Capacitar 100 jovens com Cursos com foco na produção agroecológica e orgânica.	SEAP	IFCE

Estimular a inserção dos jovens no trabalho do campo por meio de recursos financeiros e incentivo profissional	SEAP	

OBJETIVO 2.7

Garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos a serem consumidos e facilitar a comercialização no mercado formal dos produtos das agroindústrias familiares, por meio da estruturação do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) no Município de Iguatu.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Garantir 100% da inspeção dos produtos de origem animal e vegetal.
- Vacinar 90% do total dos rebanhos bovinos contra à febre aftosa;
- Realizar ações educativas de defesa sanitária;
- Realizar análises de resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros;
- Coletar e dar o destino correto aos resíduos de agrotóxicos em hortigranjeiros;
- Fiscalizar o trânsito de animais e vegetais;
- Inspecionar os estabelecimentos da agricultura familiar;
- Fiscalizar os eventos agropecuários locais;
- Realizar operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura;

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Garantia das condições para a comercialização do produto de maneira formal (espaço, selo de inspeção, embalagem, etiquetas e etc.)	SEAP	
Possibilitar a comercialização dentro dos padrões sanitários exigidos pela legislação.	SEAP	
Estruturação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM (equipe técnica, equipamentos e veículos)	SEAP	
Regularizar os produtores	SEAP	
Regularizar os produtos	SEAP	
Fiscalização de estabelecimentos de produção, manipulação, fabricação e comercialização de alimentos	SEAP	
Fiscalização e monitoramento da sanidade de animais e vegetais em eventos agropecuários	SEAP	SDA/ ADAGRI
Realização de ações de obtenção de certificação para produtos da pesca e da aquicultura	SEAP	

Diretriz 3 - Instituição de Processos Permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, Pesquisa e Formação nas áreas de Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à alimentação adequada.

OBJETIVO 3.1

Estruturar e integrar ações de Educação Alimentar e Nutricional nas redes institucionais de serviços públicos, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Apoiar a implementação 04 equipamentos públicos de alimentação e nutrição (01 restaurante popular e 02 cozinhas comunitárias e 01 feira de mercado);
- Fornecer 52.800 refeições/ano para o público em situação de Insegurança alimentar e Nutricional através da Cozinha Comunitária;
- Apoiar a implementação de 7 projetos municipais voltados a produção de alimentos;
- Integrar os profissionais de Educação da rede pública e da Vigilância Sanitária Participar do município para participação no projeto EDUCANVISA

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Capacitação de profissionais de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (cozinha comunitária e banco de alimentos)	SAS	CONSEA Iguatu
Realização de eventos de informação e capacitação sobre alimentação e nutrição para gestores e profissionais de saúde	SMS	CONSEA Iguatu
Articular o financiamento da atividade de Educação Alimentar e Nutricional junto ao programa Mais Educação	SME	CONSEA Iguatu
Capacitação em SAN dos servidores públicos e colaboradores que atuam nas escolas – Formação qualificada e requalificada	SME	CONSEA Iguatu
Participação em parceria, dos profissionais de Educação da rede pública e de Vigilância Sanitária de Iguatu, para que possam disseminar conceitos de saúde como a prevenção aos riscos associados ao consumo de alimentos industrializados, como atividade do projeto EDUCANVISA	SME SMS	CONSEA Iguatu
Realização de eventos de informação e capacitação para os gestores e profissionais de saúde sobre Método Canguru nos hospitais com unidades neonatais	SMS	CONSEA Iguatu
Realização de eventos de informação e capacitação sobre a Atenção à Saúde do Adolescente para gestores, profissionais de saúde e comunidade	SMS	SMAS/Polo de Convivência CONSEA Iguatu

OBJETIVO 3.2

Promover ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente escolar e fortalecer a gestão, execução e o controle social do PNAE, com vistas à promoção da segurança alimentar e nutricional.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Definir estratégias de educação em SAN, para escolas, envolvendo todos os níveis da educação básica;
- Construir ferramentas pedagógicas: oficinas, cartilhas, vídeos, troca de experiências e outros, que assegurem abordagem transdisciplinar;
- Atenção a todos os alunos, ofertando alimentação escolar por no mínimo 200 dias letivos;
- Implantar hortas em 50% das escolas, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Iguatu, privilegiando escolas que aderirem o Programa Mais Educação (educação em tempo integral).

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Coordenação do Programa Saúde na Escola na formação e capacitação de professores no desenvolvimento de ações voltadas a promoção da saúde do escolar	SME	Governo do Estado
Desenvolvimento de ações que oportunize os alunos da rede pública municipal na realização de pesquisas sobre o Semiárido	SME	
Inclusão de ações de SAN nos projetos políticos Pedagógicos	SME	

OBJETIVO 3.3

Adequar o número de nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar do município.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Adequar o número de nutricionistas no setor de Alimentação Escolar.
- Monitorar o estado nutricional dos alunos.
- Adquirir balanças tipo plataforma com estadiômetro para avaliação antropométrica dos alunos.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Contratação via concurso público do profissional de nutrição para adequação conforme o número de alunos atendidos na rede municipal de ensino	SME	
Capacitação dos professores de educação física para auxiliar na avaliação antropométrica e mapeamento dos alunos em InSAN	SME	
Aquisição de balanças com estadiômetro para avaliação antropométrica dos alunos	SME	

OBJETIVO 3.4

Estimular a sociedade civil organizada a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Organizar uma rede de apoio as Ações de Educação Alimentar no Município.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Capacitação em educação alimentar e nutricional e direito Humano a Alimentação aos servidores públicos e sociedade civil, sobretudo pais de alunos e entidades que atuem no território	SAS	SME SMS
Financiamento de projetos de SAN de entidades não governamentais a título de subvenção social	SAS	
Fomento a sociedade civil organizada para atuar com tema de SAN por meio de divulgação de educação alimentar e nutricional na semana da alimentação (16 de outubro)	SAS	Secretarias de governo e Entidades da sociedade civil organizada

OBJETIVO 3.5

Promover ciência, tecnologia e inovação para SAN.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Implantar 03 projetos de pesquisa e inovação social.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Apoio a projetos de pesquisa nas áreas de saúde, segurança e erradicação da extrema pobreza	SMCT	IFCE/URCA

OBJETIVO 3.6

Promover a cultura de educação em direitos humanos, em especial o direito humano à alimentação adequada.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Capacitar 100 agentes de segurança pública, gestores, defensores de direitos humanos e membros da sociedade civil;

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Capacitação para agentes de segurança pública, gestores, defensores de direitos humanos e membros da sociedade civil	CONSEA Iguatu	CAISAN Iguatu

Diretriz 4 - Promoção, universalização e coordenação de ações de segurança alimentar e nutricional voltados para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, de que trata o DECRETO Nº 6.040/2007 e povos indígenas e assentados da reforma agrária.

OBJETIVO 4.1

Garantir aos agricultores familiares e comunidades tradicionais, por meio de ações participativas, a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais mediante ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Cadastrar, georreferenciar e regularizar 100 imóveis rurais;
- Titular 70 posses de imóveis rurais;

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Realização de ações de regularização, titulação e reconhecimento de imóveis rurais	SEAP	IDACE, EMATERCE e Sociedade Civil
Realização de ações de reordenamento de famílias mini fundistas	SEAP	
Realização de ações de redistribuição fundiária em imóveis	SEAP	

rurais		
Apoio às ações de desenvolvimento fundiário	SEAP	
Ampliar a formação e a assistência Técnica para os assentados	SEAP	

OBJETIVO 4.2

Implantar medidas legais e promover a segurança alimentar e o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da execução de ações em seus territórios, com base na participação e no uso sustentável da biodiversidade.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Publicar 01 mapa de comunidades tradicionais;
- Capacitar pessoas de comunidades tradicionais;
- Beneficiar famílias em comunidades tradicionais;
- Elaborar o Plano Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial;
- Criar o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Mapeamento de comunidades tradicionais sistematizando dados das dimensões socioculturais, ambientais e econômicas	Gabinete do Prefeito	SAS/ Vigilância Sócio assistencial
Apoio à estruturação e fortalecimentodas comunidades tradicionais	Gabinete do Prefeito	SAS/ Vigilância Sócio assistencial
Realização de estudos antropológicos e sociológicos	Gabinete do Prefeito	SAS/Vigilância Sócio assistencial
Fomento à criação de conselho municipail de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Étnico-racial	Gabinete do Prefeito	SAS/Vigilância Sócio assistencial

Diretriz 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção a saúde, de modo articulado ás demais ações de segurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO 5.1

Avaliar e monitorar a situação alimentar e nutricional, como também o estado nutricional, em todos os ciclos da vida, dos usuários do SUS no município de Iguatu - CE, a fim de controlar e prevenir os agravos a doenças consequentes da Insegurança Alimentar e Nutricional.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Garantir ações, serviços e ampliação da Rede de Saúde para população nos diversos ciclos de vida.
- Garantir o funcionamento adequado do SISVAN WEB no município de Iguatu.
- Informatizar o sistema de atendimento do SUS, permitindo que os dados possam ficar armazenados para posterior análises, estudos e consequentes intervenções.
- Realizar a avaliação antropométrica de todos os pacientes atendidos pelo SUS, de forma a identificar o estado nutricional por meio dos indicadores conforme a idade.

Iniciativas	**Órgão Responsável**	**Parceiros**
Sensibilização dos gestores municipais para a importância do diagnóstico nutricional no planejamento de ações de atenção nutricional	SMS	CONSEA Iguatu
Fortalecimento dos Programas de alimentação e Nutrição no âmbito da saúde, através da implantação formal de uma coordenação municipal de Alimentação e Nutrição e incentivo da gestão	SMS Gabinete do Prefeito	
Ampliação da administração profilática de suplementos de ferro às crianças de 6 a 24 meses de idade, gestantes (incluindo também o ácido fólico) e mulheres até 3º mês pós parto e/ou pós aborto como medida de prevenção e controle da anemia.	SMS	
Aferição de peso e estatura pré-consulta de todos os pacientes atendidos no SUS	SMS	
Implantação da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes (vitaminas e minerais) em pó – NutriSUS	SMS	
Garantia da Atenção à Saúde Materno Infantil através do cadastro no SISPRENATAL e no SISVAN; e monitoramento das gestantes que realizam o pré-natal nas Unidades de Saúde, com a oferta de consultas e exames específicos da gestação.	SMS	
Garantia da Atenção à Saúde Materno Infantil através de uma Rede de Apoio ao Aleitamento Materno para apoiar as USF em ações de estímulo ao aleitamento materno.	SMS	
Elaboração de um projeto permanente intersetorial de combate e pesquisa sobre o conhecimento de risco das Doenças Crônicas Não Transmissíveis relacionadas à alimentação (Diabetes Melitus/DM, Hipertensão, Obesidade e Doenças Cardiovasculares) na população.	SMS	
Garantia de orientação e acompanhamento por nutricionista aos pacientes que recebem alimentação enteral ou fórmulas infantis através de um Programa Municipal de Alimentação Especial	SMS	
Garantia de fornecimento de dieta enteral ou fórmula infantil para uso domiciliar adequada à necessidade nutricional do paciente com necessidades nutricionais especiais	SMS	
Fornecimento de alimentação especial pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar Fornecimento de alimentação especial para alunos portadores de doença celíaca, intolerância à lactose, dislipidemia, fenilcetonúria ou diabetes mellitus nas Escolas Municipais e CMEIS.	SMS	

OBJETIVO 5.2

Fortalecer a Vigilância Alimentar e Nutricional de Iguatu.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Apoiar o município para obtenção de uma cobertura mínima de 70% do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Apoio a implantação formal de uma coordenação municipal de Alimentação e Nutrição	SMS	
Capacitação dos profissionais de saúde para a realização da aferição de dados antropométricos	SMS	
Aquisição de materiais e equipamentos para a atenção básica e especializada (computadores, instrumentos para avaliação antropométrica)	SMS	
Aumento da capacidade de atendimento nutricional por meio da contratação de mais profissionais nutricionistas na área da saúde	SMS	
Contratação de 02 profissionais responsáveis por alimentar o SISVAN WEB	SMS	
Informatização do atendimento clínico nutricional no SUS	SMS	
Monitoramento e avaliação das ações de alimentação e nutrição	SMS	
Monitoramento do estado nutricional de gestantes, crianças e idosos através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional	SMS	

OBJETIVO 5.3

Promoção de práticas alimentares e de estilo de vida saudável.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Implementar, multiplicar e monitorar programas e estratégias desenvolvidas na Atenção Básica focadas na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e coletividade em Iguatu.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Realização de oficinas de formação de tutores na estratégia Amamenta Alimenta Brasil	SMS	
Incentivo à alimentação materna	SMS	
Apoio para Implantação de Banco de Leite Humano no município junto a Maternidade Agenor Araújo	SMS	Maternidade Agenor Araújo
Ampliação de projetos que garanta efetivo funcionamento das Academias da Saúde com o objetivo de ampliar o acesso da população às políticas públicas de promoção da saúde focadas na formação de hábitos de vida saudáveis	SMS	
Garantia de policiamento e segurança pública nos espaços de Academias da Saúde, praças e avenidas, principalmente nos horários de uso da população, para maior adesão e segurança dos praticantes de atividade física	Segurança Publica de Iguatu	
Garantia de um quadro de Educadores físicos suficientes para	SMS	

atender a demanda das academias da saúde		
Aquisição de equipamentos para prática de exercício físico nas academias da saúde	SMS	
Elaboração e distribuição de material informativo sobre alimentação e hábitos de vida saudáveis	SMS	

Diretriz 6 – Promoção do Acesso Universal à Água de Qualidade e em Quantidade Suficiente, com Prioridade para as Famílias em Situação de Insegurança Hídrica e para a Produção de Alimentos da Agricultura Familiar, Pesca e Aquicultura.

OBJETIVO 6.1

Garantir o acesso à água para o consumo humano e a produção de populações rurais difusas e de baixa renda, de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Metas prioritárias para 2016/2017

- Implementar no município políticas públicas direcionadas a recursos naturais e conservação ambiental relacionadas á sustentabilidade da Segurança Alimentar e Nutricional.
- Apoiar a implantação de obras de infraestrutura hídrica garantindo a oferta de água para abastecimento humano e agropecuário.
- Beneficiar população rural com programa e ações de acesso a água para consumo e produção.
- Expandir e modernizar o sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- Monitorar a qualidade da água em tanques-rede nos açudes Trussu e Orós, assim como a influência dos demais usos sobre os sistemas de cultivo e a qualidade da água.
- Fortalecer as ações municipais de vigilância da água e do solo.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Apoio ao Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua) para estruturação da vigilância da qualidade da água para consumo humano nas junto a Secretaria Municipal de Saúde	SAAE	
Inserção dos dados no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água – SISAGUA	SAAE	
Analise mensal dos Relatórios de Controle da Qualidade da Água enviados pelos responsáveis pelo abastecimento coletivo da água, sobre as características das formas de abastecimento e a qualidade da água.	SAAE	
Estruturação do Setor de Fiscalização do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos	SAAE	
Monitoramento Quantitativo e Qualitativo das Águas Superficiais e Subterrâneas	SAAE	
Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de águas.	SAAE	CAGECE
Implantação, ampliação e melhorias de sistemas de esgotamento sanitário.	SAAE	CAGECE

Construção de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo humano no semi-árido. (Cisternas)	SMAP	
Construção e Recuperação de Adutoras	SAAE	
Construção de poços	SEAP	SAAE
Construção e Recuperação de Barragens	SEAP	SAAE
Realização de ações de recuperação e preservação dos recursos naturais e desenvolvimento de atividades produtivas no âmbito de microbacias hidrográficas	SMA	
Apoio à Criação e Funcionamento do Comitê de Bacia e da Comissão Gestora do Sistema Hídrico	SMA	COGERH
Realização de eventos sobre recursos hídricos	SMA	COGERH
Capacitação de agentes das águas	SMA	COGERH
Elaboração de estudos, planos e projetos ambientais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos e saneamento ambiental.	SMA	COGERH
Elaboração e implantação de plano de gestão regionalizada de agrotóxicos.	SEAP SMA	CONPAM
Implantação de projetos comunitários de recuperação de áreas degradadas por meio de serviços ambientais.	SMA	CONPAM
Elaboração e implementação do plano de práticas ambientais da aquicultura	SEAP SMA	
Apoio a implantação de projetos produtivos de irrigação.	SEAP SMA	
Elaboração de plano de água municipal	SAAE SMA	

Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais.

- Não se aplica.

Diretriz 8 – Monitoramento da Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

OBJETIVO 8.1

Identificar avanços e retrocessos no cumprimento das obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Metas prioritárias para 2016/2017

- Criar, em parceria com o CONSEA, mecanismos de exigibilidade do DHAA, no âmbito dos Programas e Políticas previstos no PLAMSAN Iguatu.

Iniciativas	Órgão Responsável	Parceiros
Promoção de oficinas e reuniões para construção de metodologia de monitoramento da realização progressiva do DHAA no território municipal.	CAISAN/ CONSEA Iguatu	
Implantação e consolidação da Política de SAN	CAISAN/ CONSEA Iguatu	
Integração de ações e programas de SAN no âmbito da	CAISAN/	

CAISAN de Iguatu, incluindo articulação com outras políticas.	CONSEA Iguatu	
Garantia do fortalecimento da intersetorialidade	CAISAN/ CONSEA Iguatu	
Estruturação e implementação da CAISAN para garantir o seu funcionamento.	Gabinete do Prefeito	SMAS
Fortalecimento do SISAN no município por meio da mobilização e sensibilização dos gestores públicos, lideranças comunitárias e da população sobre SAN.	Gabinete do Prefeito	CAISAN/ CONSEA Iguatu

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será implementada por meio do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PLAMSAN e, conforme dispõe a Lei nº 1.916 de 25 de setembro de 2013, que cria os componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Iguatu, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, o monitoramento e a avaliação deste instrumento são de responsabilidade do Governo Municipal, devendo se concretizar, a partir de uma perspectiva intersetorial sob a coordenação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN/Municipal.

A Lei nº 1.916/2013 que institui o SISAN no município de Iguatu traz em seu artigo 4º as dimensões de abrangência da Segurança Alimentar e Nutricional, que são importantes para a gestão, o monitoramento e avaliação do PLAMSAN, com a perspectiva de garantir o DHAA à população de Iguatu.

A escolha dos indicadores será realizada considerando os seguintes atributos:

- validade: capacidade de medir o fenômeno;
- confiabilidade: qualidade dos dados que servem de base para seu cálculo;
- sensibilidade: condição de captar o que é essencial no fenômeno observado;
- desagregação: o nível territorial a que se refere;
- periodicidade: intervalo de tempo em que o indicador é atualizado

O monitoramento deve ser entendido como o acompanhamento contínuo do desenvolvimento de situações relacionadas à SAN e dos programas e políticas desta temática, em relação a seus objetivos e metas.

A avaliação deve ser entendida como um momento específico e mais abrangente devendo ser precedida por avaliações próprias daquilo que foi fixado nas diversas diretrizes do PLAMSAN. Deve ainda considerar o que está estabelecido no art. 4º do Decreto nº 7.272, de 2010, como objetivos da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e também dos princípios previstos no art. 4º desse Decreto, a respeito do monitoramento da situação alimentar e nutricional, visando subsidiar o ciclo de gestão das políticas para a área de SAN nas diferentes esferas do governo como princípios do SISAN/Municipal.

O monitoramento e a avaliação do PLAMSAN de Iguatu serão realizados por um Comitê Técnico, que deverá ser criado pela CAISAN de Iguatu no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação do PLAMSAN. Esse Comitê será composto por técnicos das secretarias que compõe a CAISAN de Iguatu, representantes da sociedade civil e do CONSEA Iguatu. Deve respeitar o que está exposto no art. 21 do Decreto nº 7.272/2010.

A CAISAN de Iguatu poderá buscar parceria com instituições de ensino, pesquisa e extensão, a fim de definir metodologia específica para o monitoramento e avaliação das ações implantadas, identificando eventuais entraves e possibilitando correções, bem como propor novas ações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem. Acesso em 18.07.2014

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em 22.08.2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica. Acesso em 16.07.2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em: http://www.ideiasnamesa.unb.br/files/marco_EAN_visualização.pdf. Acesso 01.07. 2014.

BRASIL, Presidência da República. Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.** Disponível em: http://w ww.mds.gov.br/acesso-ainformacao/legislacao/segurança alimentar/leis/2006/Sisan%20-%20Lei%20no%2011.346%20de%2015%20de%20 setembro%20de%202006.pdf. Acesso em04/07/2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica /Ministério da Saúde,** Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p. : il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

BRASIL. Ministério da Saúde. Unicef. **Cadernos de Atenção Básica: Carências de Micronutrientes / Ministério da Saúde,** Unicef; Bethsáida de Abreu Soares Schmitz. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde.Departamento de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.** Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde:** Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará. **Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2012/2015. Fortaleza - CE: CAISAN/CE, 2012.

IGUATU (Prefeitura Municipal), **Diagnóstico de contexto, 2013.**